

Câmara Municipal de **NISA**

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

CADERNO II

Plano de Ação

Comissão Municipal de Defesa da Floresta

Novembro 2014



Índice Geral

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS	7
1.1. Enquadramento do PMDFCI no sistema de defesa da floresta contra incêndios.....	7
1.2. Enquadramento do PMDFCI no sistema de gestão territorial.....	8
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA.....	10
2.1. Modelos de combustíveis florestais.....	10
2.2. Cartografia de Risco de Incêndio Florestal.....	11
2.2.1 Perigosidade de incêndio florestal.....	11
2.2.2. Risco de Incêndio Florestal.....	11
2.3. Prioridades de Defesa.....	12
3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI.....	12
3.1. Tipologia do Concelho.....	12
3.2. Objetivos e Metas do PMDFCI.....	12
4. EIXOS ESTRATÉGICOS.....	14
4.1. 1.º Eixo Estratégico – Aumento da resiliência do Território aos Incêndios Florestais.....	14
4.1.1. Levantamento das Redes de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI).....	15
a) Rede de Faixas de Gestão de Combustível e Mosaico de parcelas de gestão de combustível.....	15
b) Rede Viária Florestal.....	20
c) Rede de Pontos de Água.....	21
d) Silvicultura Preventiva.....	22
4.1.2. Planeamento das Ações Referentes ao 1.º Eixo Estratégico.....	22
a) Rede de FGC e MPGC, RVF e RPA.....	22
b) Rede de FGC e MPGC.....	26
c) RVF.....	28
d) RPA.....	28
e) Metas e Indicadores.....	29
f) Orçamento e responsáveis.....	30
4.2. 2.º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DE INCÊNDIOS.....	31
4.2.1. Avaliação.....	31



a) Comportamento de Risco.....	31
b) Fiscalização.....	33
4.2.2. Planeamento das ações referentes ao 2.º Eixo Estratégico.....	33
a) Sensibilização.....	33
b) Fiscalização.....	35
c) Metas e indicadores.....	35
d) Orçamento e responsáveis.....	37
4.3. 3.º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS.....	37
4.3.1. Avaliação.....	38
a) Vigilância e deteção.....	38
b) 1.ª Intervenção.....	40
c) Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio.....	43
4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3.º Eixo Estratégico.....	44
a) Metas e Indicadores.....	44
b) Orçamento e Responsáveis.....	45
4.4. 4.º EIXO ESTRATÉGICO – RECUPERAR E REABILITAR ECOSSISTEMAS.....	45
4.4.2. Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico.....	46
a) Estabilização de Emergência e reabilitação dos Povoamentos.....	46
4.5. 5.º Eixo Estratégico – Adaptação de uma Estrutura Orgânica Funcional e Eficaz.....	50
4.5.1. Avaliação.....	50
a) Formação.....	51
4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5.º Eixo Estratégico.....	52
a) Organização SDFCI.....	52
5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI.....	54
5.1. Orçamento Total.....	54
6. ANEXO – CARTOGRAFIA.....	55



Índice de Quadros

Quadro 1: Objetivos e metas anuais de DFCI para o município de Nisa.....	13
Quadro 2: Especificações da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível.....	17
Quadro 3: Rede de FGC com e sem necessidade de intervenção.....	26
Quadro 4: Rede Viária Florestal com e sem necessidade de intervenção.....	28
Quadro 5: Rede de Pontos de Água a construir e/ou manutenção.....	28
Quadro 6: Metas e Indicadores.....	29
Quadro 7: Estimativa de orçamento para execução da rede de FGC, RVF e RPA.....	30
Quadro 8: Identificação dos comportamentos de risco.....	32
Quadro 9: Inventariação de autos levantados.....	33
Quadro 10: Propostas de Ações de Sensibilização.....	34
Quadro 11: Definição de metas para a Sensibilização e Fiscalização.....	35
Quadro 12: Estimativa de Orçamento para cada meta e Responsáveis.....	37
Quadro 13: Número de incêndios e n.º total de equipas de vigilância e deteção nas diferentes fases de perigo.....	40
Quadro 14: Equipas e número de elementos de 1.ª Intervenção nas diferentes fases de perigo.....	42
Quadro 15: Metas e Indicadores por ano nas diferentes fases de perigo.....	44
Quadro 16: Orçamento e responsáveis referente ao 3.º Eixo Estratégico.....	45
Quadro 17: Identificação das necessidades de formação.....	51
Quadro 18: Entidades intervenientes no SDFCI.....	52
Quadro 19: Estimativa orçamental do programa de formação.....	53
Quadro 20: Cronograma de reuniões da CMDF.....	54
Quadro 21: Síntese de estimativa do PMDFCI por eixo estratégico.....	54

Índice de Figuras

Figura 1: Enquadramento do PMDFCI do Município de Nisa com outros Instrumentos de Ordenamento do Território.....	9
---	---

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1. ^a Intervenção (2013).....	43
--	----

Índice de Mapas

Mapa 1: Mapa de Modelos de Combustíveis Florestais.....	10
Mapa 2: Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal.....	11
Mapa 3: Mapa de Risco de Incêndio Florestal.....	11
Mapa 4: Mapa de Prioridade de Defesa.....	12
Mapa 5: Mapa de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaicos de parcelas de Gestão de Combustível (MPGC).....	15
Mapa 6: Mapa da Rede Viária Florestal (RVF).....	20
Mapa 7: Mapa da Rede de Pontos de Água (RPA).....	21
Mapa 8: Mapa de Silvicultura Preventiva no âmbito da DFCI.....	22
Mapa 9.1: Mapa de FGC, RVF e RPA – 2015.....	22
Mapa 9.2: Mapa de FGC, RVF e RPA – 2016.....	23
Mapa 9.3: Mapa de FGC, RVF e RPA – 2017.....	23
Mapa 9.4: Mapa de FGC, RVF e RPA – 2018.....	24
Mapa 9.5: Mapa de FGC, RVF e RPA – 2019.....	24
Mapa 10: Mapa de Vigilância e Detecção.....	39



Mapa 11.1: Mapa de 1. ^a Intervenção (Potencial do Tempo de chegada para a 1. ^a Intervenção a partir do quartel dos Bombeiros).....	41
Mapa 11.2: Mapa de 1. ^a Intervenção (Potencial do Tempo de chegada para a 1. ^a Intervenção a partir dos LEE).....	41

1. ENQUADRAMENTO DO PLANO NO ÂMBITO DO SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL E NO SISTEMA DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

1.1. Enquadramento do PMDFCI no sistema de defesa da floresta contra incêndios

Dando cumprimento ao Decreto-lei 124/2006 de 28 de junho, republicado pelo Decreto-lei n.º 17, de 14 de janeiro, o Plano Municipal de Defesa da Floresta (PMCF), contém as medidas necessárias à defesa da floresta contra incêndios, para além das medidas de prevenção, inclui a previsão e o planeamento integrado das intervenções das entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de um incêndio florestal.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta (PMDFCI) tem por objetivo construir uma ferramenta, ao nível do Concelho, que permite a implementação das disposições presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios. A elaboração do PMDFCI de Nisa é da responsabilidade da CMDFCI em concordância com outros Planos de incidência regional ou Nacional como são os casos do Plano Diretor Municipal (PDM), do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROFAA), dos Planos de Gestão Florestal (PGF), do Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN2000), do Plano de Bacias Hidrográficas e do Plano nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) e rege-se ainda pelas orientações estratégicas definidas pelo Conselho Nacional de Reflorestação, sendo a sua estrutura tipo estabelecida pela Portaria 1139/2006, de 25 de outubro e Despacho n.º 4345/2012, de 27 de março.

O PMDFCI, implementa, ao nível Municipal, as linhas orientadoras do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), que assentam em cinco eixos de atuação:

- Eixo 1 – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Eixo 2 – Redução da incidência dos incêndios;
- Eixo 3 – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Eixo 4 – Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- Eixo 5 – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

A implementação do PMDFCI, tem um horizonte de planeamento para cinco anos e a sua elaboração é sustentada nas características específicas do território, nomeadamente as decorrentes da sua natureza demográfica, sociológica, económica, ocupação do solo, entre outras ações nele preconizadas, que

pretendem satisfazer as metas prescritas nos eixos estratégicos definidos no PNDFCI, estando desta forma organizadas e hierarquizadas em função do impacto esperado na resolução dos problemas identificados no Concelho, com base no conhecimento das causas dos incêndios, as suas motivações e localização geográfica entre outros fatores desenvolvidos neste Plano Municipal.

1.2. Enquadramento do PMDFCI no sistema de gestão territorial

Tendo em conta a sua função operacional, o PMDFCI está estruturado de acordo com o guia técnico da Autoridade Florestal (AFN) e pelo Despacho n.º 4345/2012 de 27 de Março, sendo possível a sua permanente atualização, para garantir a melhoria contínua das medidas de prevenção e combate a incêndios florestais e o reforço da coordenação das entidades públicas e privadas com responsabilidade na gestão das áreas florestais Municipais.

O principal objetivo do PMDFCI é a identificação dos riscos e ameaças que os incêndios florestais podem representar para as populações e património do Concelho e, a conceção de um programa coerente de medidas preventivas e mitigadores deste tipo de ocorrências.

Neste contexto, o plano propõe a implementação de ações de natureza estrutural de curto, médio e longo prazo para a gestão e preservação do património florestal existente. Dado que o controlo do risco de incêndio passa essencialmente pela implementação de uma gestão sustentável dos espaços florestais. A elaboração do PMDFCI de Nisa é feita em concordância com outros Planos de Incidência Nacional como é o caso do Plano Diretor Municipal (PDM), do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo (PROFAA), dos Planos de Gestão Florestal (PGF) e dos Planos Sectoriais da Rede Natura 2000 (Figura 1).

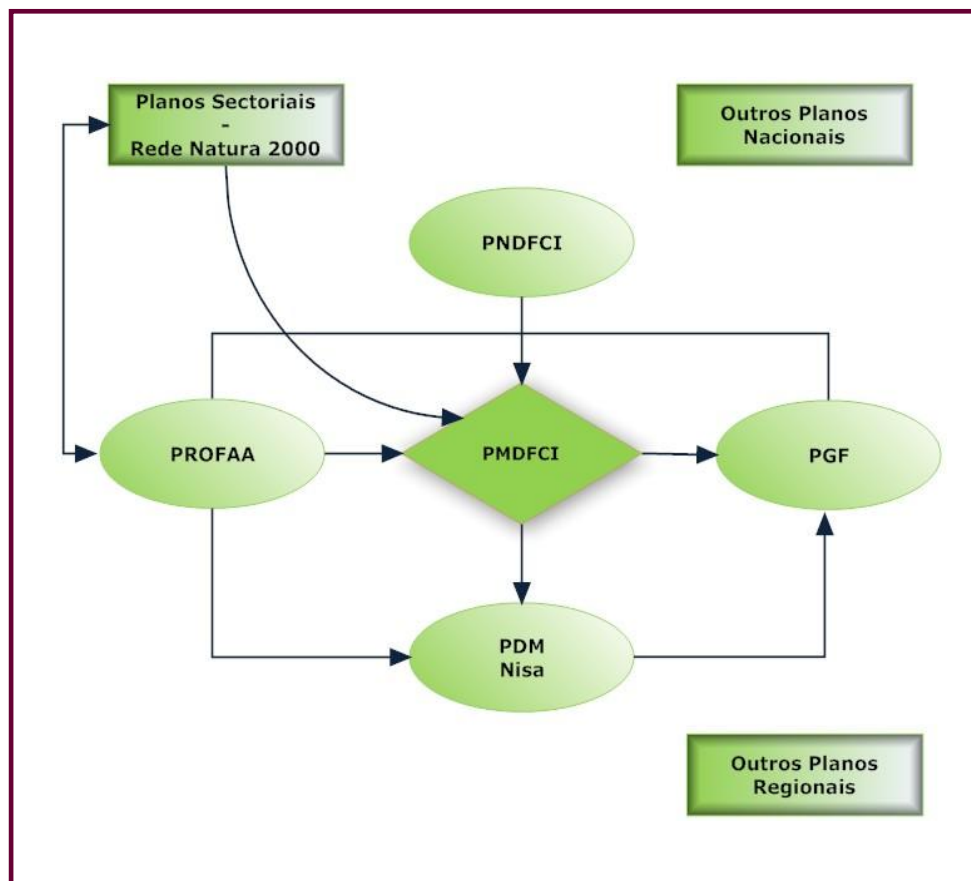


Figura 1: Enquadramento do PMDFCI do Município de Nisa com outros Instrumentos de Ordenamento do Território.

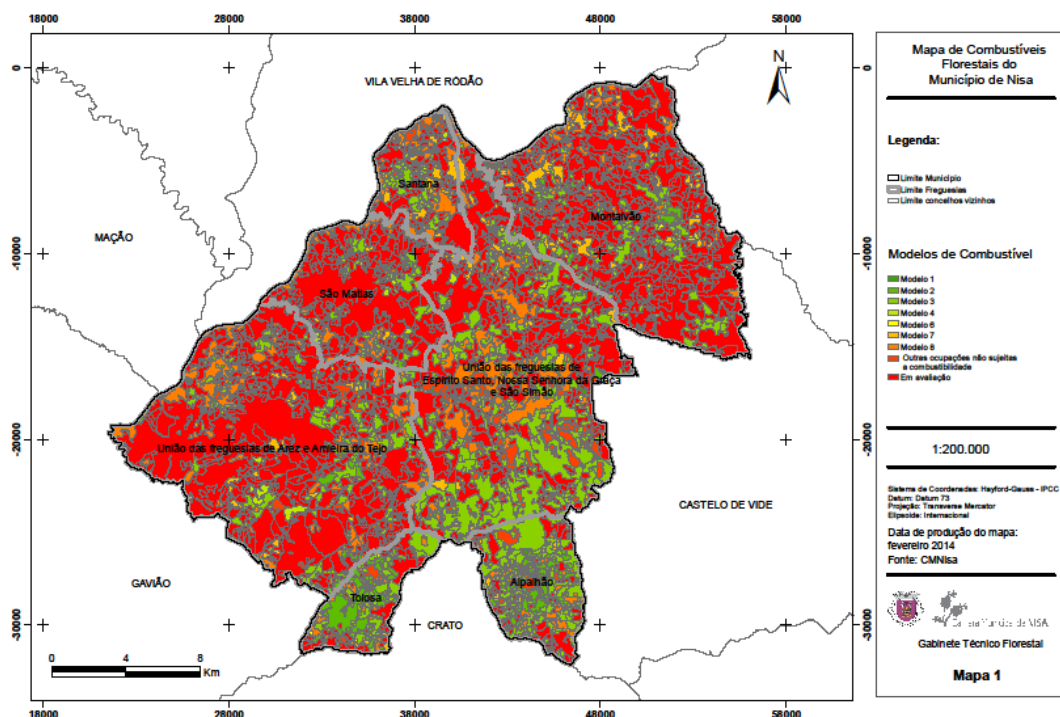
Fonte: CMN

A elaboração e aplicação do PMDFCI têm caráter obrigatório, sendo as entidades competentes pela fiscalização da correta aplicação do mesmo, a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a Câmara Municipal de Nisa e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

A infração das disposições do PMDFCI pode ser punida com coima de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, com republicação do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho.

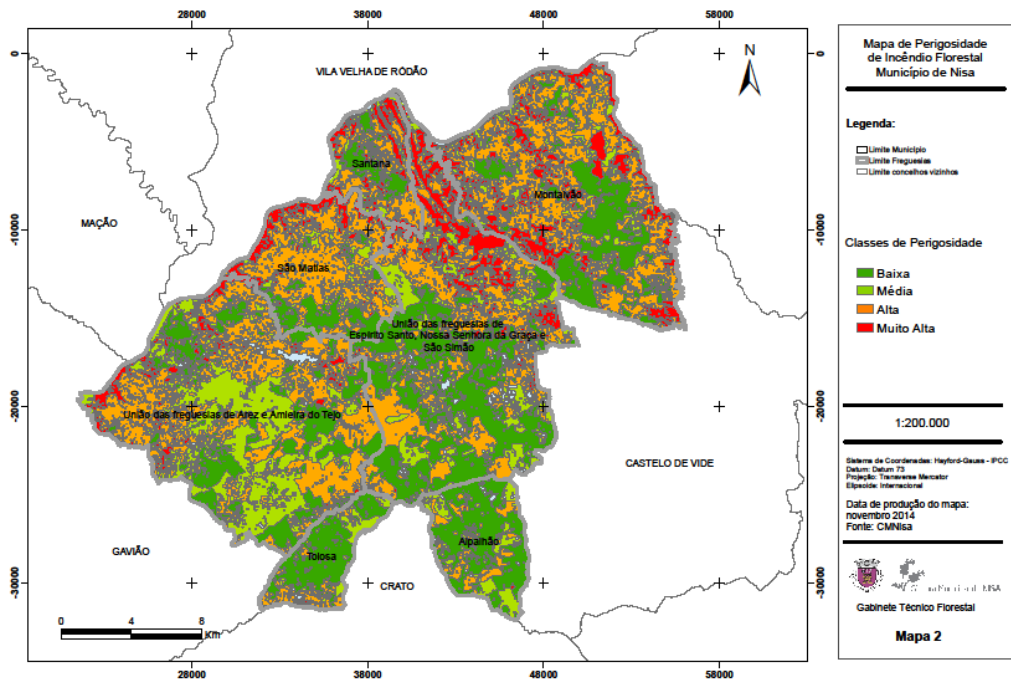
2. MODELOS DE COMBUSTÍVEIS, CARTOGRAFIA DE RISCO E PRIORIDADES DE DEFESA CONTRA INCÊNDIOS FLORESTAIS

2.1. Modelos de combustíveis florestais

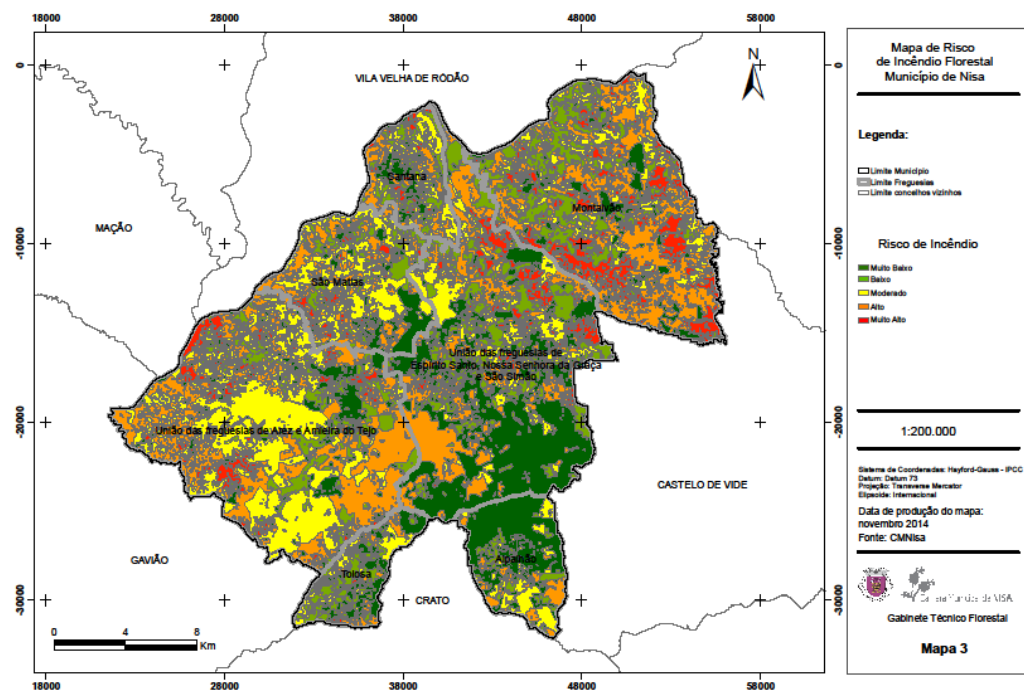


2.2. Cartografia de risco de incêndio florestal

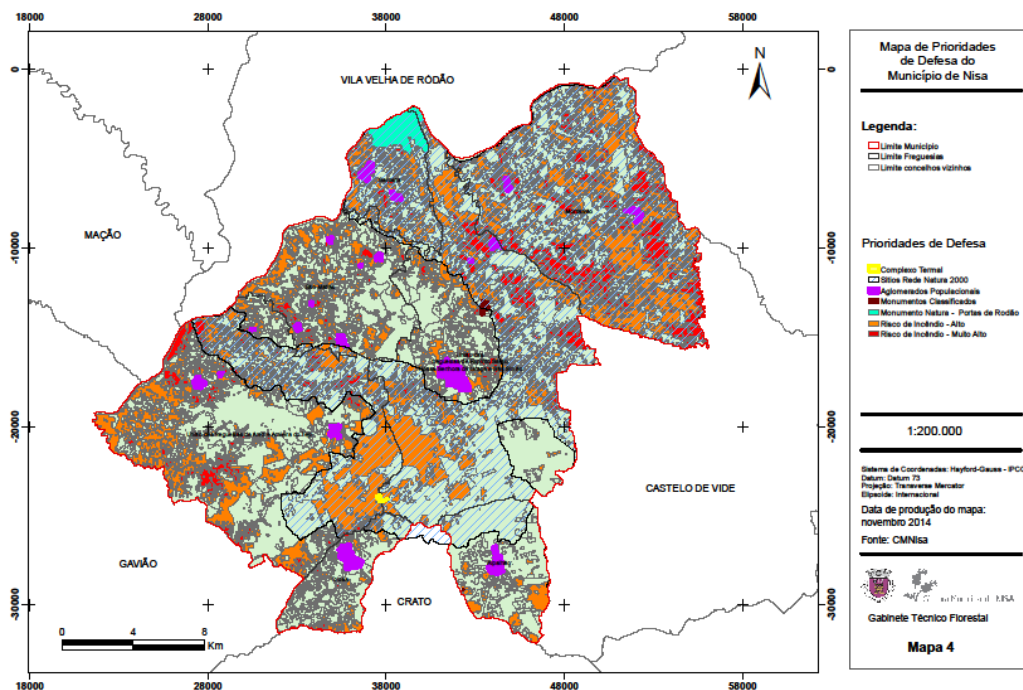
2.2.1. Perigosidade de Incêndio



2.2.1. Risco de Incêndio



2.3. Prioridades de Defesa



3. OBJETIVOS E METAS DO PMDFCI

3.1. Tipologia do concelho

Os municípios do território de Portugal Continental foram divididos em quatro tipos com base no número de ocorrências e nos hectares de área ardida, em povoamentos e matos:

- Poucas ocorrências
 - Pouca área ardida (T1)
 - Muita área ardida (T2)
- Muitas ocorrências
 - Pouca área ardida (T3)
 - Muita área ardida (T4)

De acordo com a atualização efetuada pelo ICNF, o concelho de Nisa de Nisa está enquadrado na tipologia T1 desde 1990 até à presente data.

3.2. Tipologia do concelho

Quadro 1 – Objetivos e metas anuais de DFCI para o município de Nisa

Objetivos	Metas Anuais				
	2015	2016	2017	2018	2019
Reduzir o n.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	<20	<15	<15	<15	<15
Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	<20 minutos	<15 minutos	<15 minutos	< 15 minutos	<15 minutos
Diminuição do n.º de incêndios com áreas superiores a 1 hectare	5	5	4	4	4
Evitar Reacendimentos	0	0	0	0	0

Fonte: CMN

4. EIXOS ESTRATÉGICOS

De acordo com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, este plano deverá conter as ações necessárias à defesa da floresta contra incêndios e para além das ações de prevenção, deverá incluir a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios, de acordo com o n.º 1 do artigo 10º do D.L. 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro.

As ações que compõem o presente plano têm como objetivo satisfazer os objetivos e metas preconizados em cada um dos cinco eixos estratégicos.

Com base na informação apresentada no Caderno I e nas recomendações de ordenamento do território presentes no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Alentejo, bem como noutros documentos de ordenamento do território e política municipal de DFCI, serão estabelecidos, neste capítulo, os objetivos do PMDFCI, para os próximos 5 anos.

4.1. 1.º EIXO ESTRATÉGICO – AUMENTO DA RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

O primeiro eixo estratégico pretende estabelecer ligação entre o ordenamento do território e o planeamento florestal, neste eixo de atuação, pretende-se aplicar estrategicamente, sistemas de gestão de combustível e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de bens e pessoas e tornar os espaços florestais mais resilientes à ação do fogo.

Assim, com base na informação relativa à caracterização física, caracterização da população, caracterização do uso e ocupação do solo e zonas especiais, análise do histórico dos incêndios (Caderno I), concertados com os mapas de combustíveis, de perigosidade e de risco de incêndios, foi traçada uma estratégia de defesa (Caderno II) foi traçada uma estratégia de defesa.

Pretende-se na prática definir áreas estratégicas de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível (MPGC), de forma a diminuir a intensidade e área percorrida por grandes incêndios e facilitar as ações de pré-supressão e supressão.

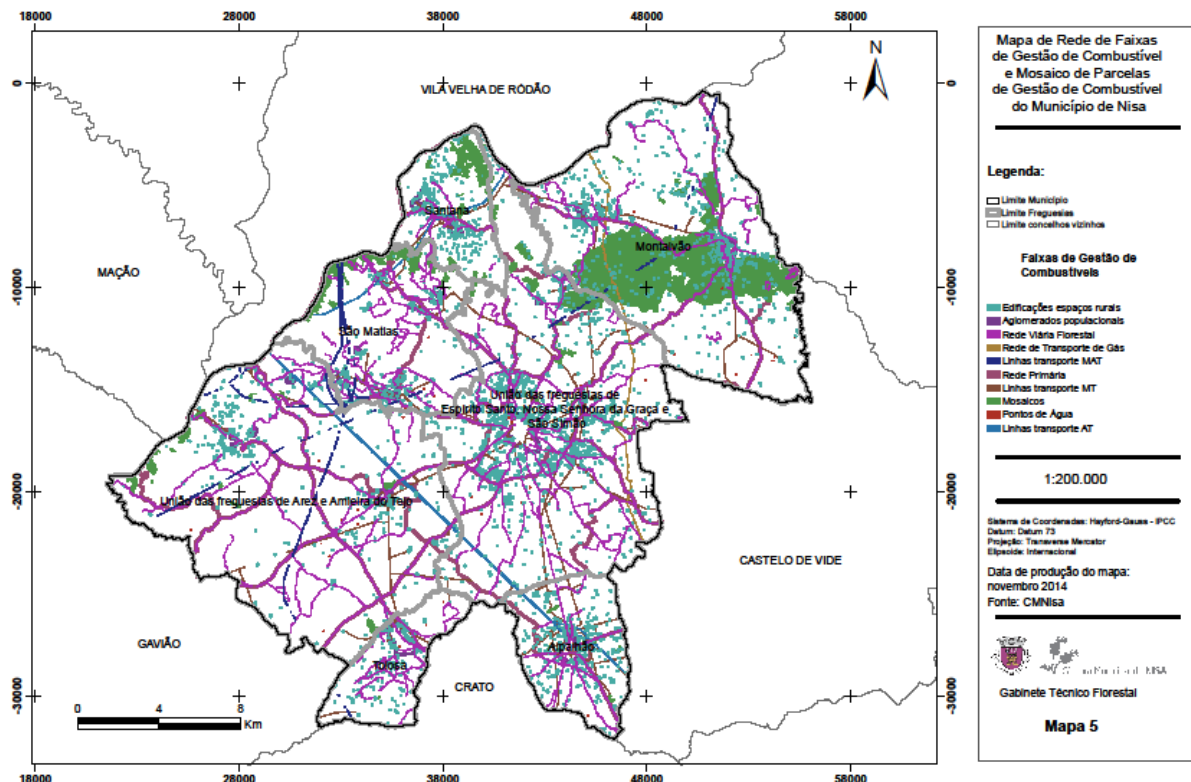
Essa estratégia recai, sobre a rede viária nacional e municipal, uma vez que nelas circulam os meios pesados de combate a incêndios, os acessos a aglomerados populacionais e a pontos de água de combate, através da rede viária florestal existente.

São ainda de importante incidência, as faixas de gestão de 1ª ordem, bem como as faixas de gestão ao longo da rede elétrica de média, alta e muito alta tensão, pois estas ajudam a compartimentar o território, pela sua localização e possibilitam a diminuição na progressão de incêndios ou mesmo o seu combate direto.

A promoção de faixas de gestão de combustíveis, nas áreas acima mencionadas, deverá fazer parte dos objetivos estratégicos operacionais do município, que trabalhará de forma a promover ações de silvicultura, gestão de pastagens, criação de faixas de gestão de combustível, criação e conservação de redes de infraestruturas (rede viária florestal e rede de pontos de água), intervindo prioritariamente nas zonas com maior vulnerabilidade aos incêndios e de acordo com o PMDF.

4.1. 1. Levantamento da Rede de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RDFCI)

a) Rede de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e mosaico de parcelas de gestão de combustível (MPGC)



As Faixas de Gestão de Combustível têm como função:

- Reduzir a superfície percorrida por incêndios de grandes dimensões, facilitando a intervenção direta de combate, quer na frente do fogo, quer nos seus flancos;
- Diminuir os efeitos da passagem de incêndio de grandes dimensões protegendo, passivamente, as vias de comunicação, as infraestruturas, as zonas edificadas, bem como os povoamentos florestais de valor especial;
- Isolar potenciais focos de ignição de incêndios, tais como as faixas paralelas às linhas elétricas ou à rede viária, as faixas envolventes aos parques de recreio, entre outros.

A **Rede Primária**, rede de nível sub-regional, delimita compartimentos com determinada dimensão, tendo como objetivo limitar a extensão da sua superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate na frente de fogo ou nos seus flancos. Foi delineada no seio do Grupo Técnico da Comissão Regional de Reflorestação do Alto Alentejo e aprovada pelas Orientações Estratégicas Regionais. A sua implementação carece de fundos de origem supramunicipal pelo que apesar de cartografada a sua implementação não é de responsabilidade municipal.

A **Rede Secundária**, de cariz e responsabilidade municipal, é estabelecida com o intuito de reduzir o efeito da passagem de grandes incêndios, protegendo de forma passiva, vias de comunicação, infraestruturas, zonas edificadas e povoamentos florestais de valor especial, e de promover o isolamento de focos potenciais de ignição de incêndios.

De acordo com o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Município de Nisa tem os seguintes princípios básicos a cumprir:

Quadro 2 – Especificações da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível

Faixas	Descrição	Largura
Faixa Associada à Rede Viária (FIC/FRC)	Faixa a partir da berma da via, em áreas florestais	> 10m
Faixa associada à Rede Elétrica de Média Tensão (FIC/FRC)	Faixa a definir a partir da projeção vertical dos cabos condutores exteriores, em áreas florestais	> 7m
Faixa associada à Rede Elétrica de Alta e Muito e Alta Tensão (FIC/FRC)	Faixa a definir a partir da projeção vertical dos cabos condutores exteriores, em áreas florestais	> 10m
Faixas de proteção aos Edifícios Integrados em Espaços Rurais (FIC/FRC)	Faixa envolvente a habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações. Faixa de proteção a postos de vigia da RNPV	> 50m
Faixa de proteção a Aglomerados Populacionais (FIC/FRC)	Faixa definida sempre que os aglomerados estejam inseridos ou confinados com áreas florestais	> 100m

Fonte: Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pelo Decreto-lei n.º 17/2009, o presente Plano prevê, o controlo de vegetação espontânea (limpeza de bermas, linhas de água e áreas de intervenção), a correção de densidades excessivas e desramações na Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, com a criação de faixas de descontinuidade de combustível a nível horizontal e vertical, gerindo a carga de combustível, diminuindo o risco de ignição e o perigo de propagação de um incêndio florestal, responsabilizando essas, que tem que ser partilhada, conjugando interesses entre concessionários e proprietários dos terrenos confinantes, uma vez que também estes, ao abrigo das ajudas comunitárias recebidas, são obrigados a efetuar os denominados aceiros, que mais não são do que uma Faixa de Interrupção de Combustível.

Para a implementação e manutenção da Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustível, o Município de Nisa elaborou os seguintes mecanismos para a sua execução:

- a) A **Câmara Municipal** de Nisa assegura nas E.M. 359, 525, 526,527, 528, 529, 544 e nos C.M. 1001, 1002, 1003. 1005, 1020, 1138, 1139, 1155, 1156, 1169, 1170 e 1176 a execução de uma FRC de largura variável, através de silvicultura preventiva, desde o limite lateral do pavimento (berma) até ao limite do perímetro cercado. Caso este não exista, a FRC terminará nos marcos divisionais. Na ausência de qualquer tipo de marcação divisional e caso a ocupação do terreno



- confinante não seja eucalipto ou pinhal, a Câmara Municipal de Nisa apenas executará a limpeza da berma e valeta numa largura máxima de 3 metros.
- b) Aos proprietários dos terrenos confinantes com a rede viária referida anteriormente, cabe a execução obrigatória de uma FIC ou PRC com largura mínima de 5 metros contados a partir do limite externo da propriedade para o seu interior.
- c) A empresa **Estradas de Portugal, EP** assegura nas E.N. 245, 246 e 364 a E.R.18 e IP2 a execução de uma FRC de largura variável, através de ações de silvicultura preventiva, desde o limite lateral do pavimento (berma) até ao limite do perímetro cercado. Caso este não exista, a FRC terminará nos marcos divisionais. Na ausência de qualquer tipo de marcação divisional e caso a ocupação do terreno confinante não seja eucalipto ou pinhal, o Instituto de Estradas de Portugal apenas executará a limpeza da berma e valeta numa largura máxima de 3 metros.
- d) Cabe aos proprietários dos terrenos confinantes com a rede viária referida anteriormente, a execução obrigatória de uma FIC ou FRC com largura mínima de 5 metros contados a partir do limite da propriedade para o seu interior.
- e) A **EDP** executa a gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores externos, acrescidos de uma faixa de 7 metros para cada um dos lados, conforme estabelecido na cartografia, enquanto responsável pelas linhas de transporte e distribuição de energia elétrica em média e alta tensão. A área de intervenção é validada e planeada anualmente de acordo com as necessidades de manutenção.
- f) A **REN**, executa a gestão de combustível numa faixa correspondente à projeção vertical dos cabos condutores externos, acrescidos de uma faixa de 10 metros para cada um dos lados, conforme estabelecido na cartografia, enquanto responsável pela linha de transporte e distribuição elétrica em muito alta tensão.
- g) Nos aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com espaços florestais, é obrigatória a gestão de combustível numa faixa exterior de proteção com 100 metros de largura. Cabe aos proprietários, **arrendatários, usufrutuários ou entidades** que, a qualquer título, detenham terrenos inseridos nas faixas de proteção a gestão do combustível.
- h) Os **proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades** que, a qualquer título, detenham terrenos confinantes a edificações, designadamente habitações, estaleiros, oficinas, armazéns, fábricas ou outros equipamentos, são obrigados a proceder à gestão de combustível numa faixa de 50 metros à volta das edificações ou instalações, medidas a partir da alvenaria exterior da edificação.

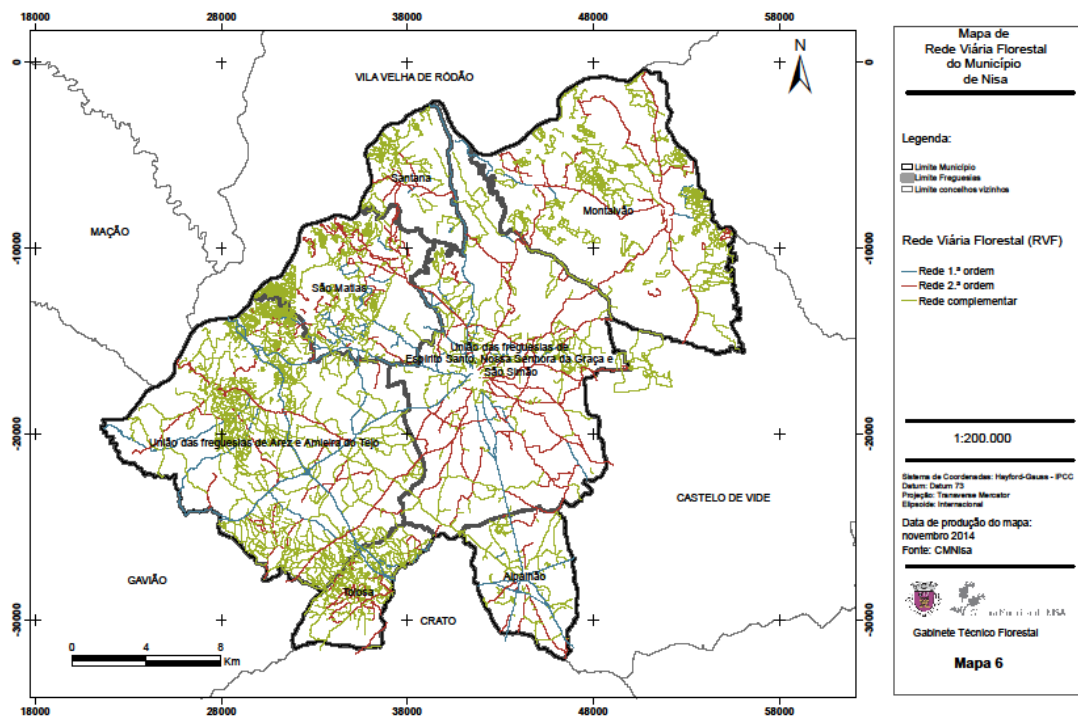


Por sua vez, considerou-se também a manutenção de Mosaicos de parcelas de gestão de combustível que permitem a gestão dos vários estratos de combustível e a diversificação da estrutura e composição das formações florestais e de matos, contribuindo decisivamente para a eliminação das principais condições que contribuem para os fogos de dimensão e intensidade catastróficas, nas quais se incluem:

- Grandes acumulações de combustíveis;
- Elevada quantidade de combustíveis mortos;
- Continuidade de estratos de combustível, quer horizontal quer verticalmente, e elevada representatividade de combustíveis finos ou que favorecem os saltos de fogo;
- Distribuição geográfica desfavorável destas características ao nível da paisagem.

Para a delimitação dos mosaicos de gestão de combustível consideraram-se áreas de olival abandonado e áreas de pinhal e mato, cuja densidade de combustíveis é maior, contribuindo para aumento do risco de incêndio assim como a áreas ardidas nos últimos anos superiores a cinco hectares, no sentido da sua reabilitação.

b) Rede Viária Florestal



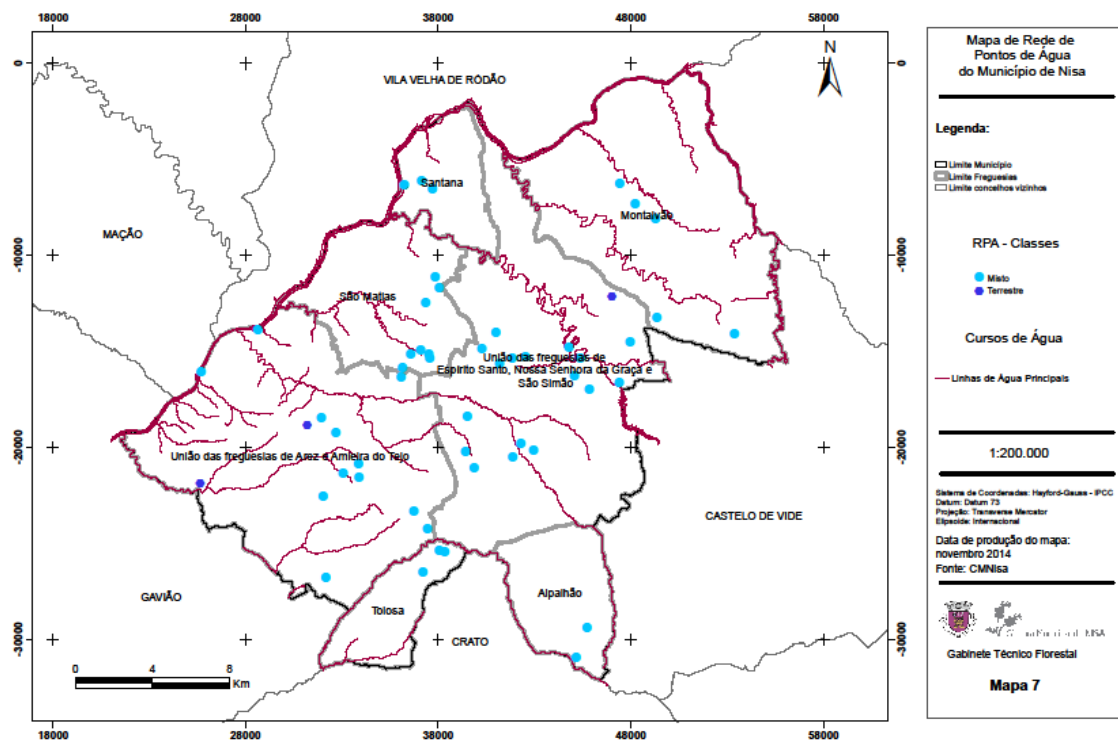
A Rede Viária Florestal é uma das infraestruturas vitais no combate aos fogos florestais, e é essencial para a realização de ações de vigilância e compartimentação das áreas florestais, cumprindo funções de acesso, exploração e defesa desses espaços no que respeita à DFCI.

No Município de Nisa a RVF cumpre, no âmbito da DFCI, as seguintes funções:

- Possibilitar a movimentação rápida dos meios de combate à zona de fogo e aos pontos de reabastecimento de água, combustível, entre outros;
- Integrar a rede de faixas de gestão de combustível onde as equipas de luta encontram condições favoráveis para o combate do fogo, em segurança;
- Possibilitar a circulação de patrulhas de vigilância móvel terrestre, em complemento com a rede de vigilância fixa.

Com base no considera-se em termos de implicações na defesa da floresta contra incêndios, esta Rede Viária suficiente e bem distribuída.

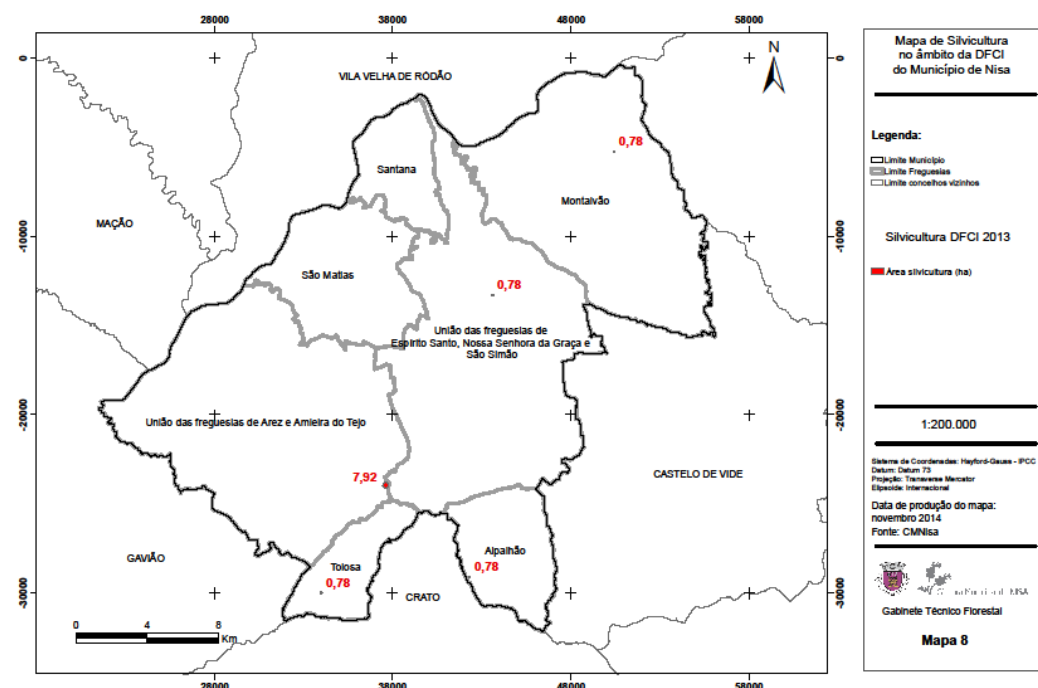
c) Rede de Pontos de Água



O mapa da rede de pontos de água do Município de Nisa (Mapa 7) foi construído com base na informação disponibilizada pela extinta Comissão Regional de Reflorestação do Alto Alentejo (CRRRA), pela Câmara Municipal de Nisa e pela extinta Comissão Especializada em Fogos Florestais (CNFF). Da análise do mesmo verifica-se a existência de um total de 74 pontos de água inventariados no terreno, sendo do ponto de vista da acessibilidade, 71 mistos, 3 terrestres.

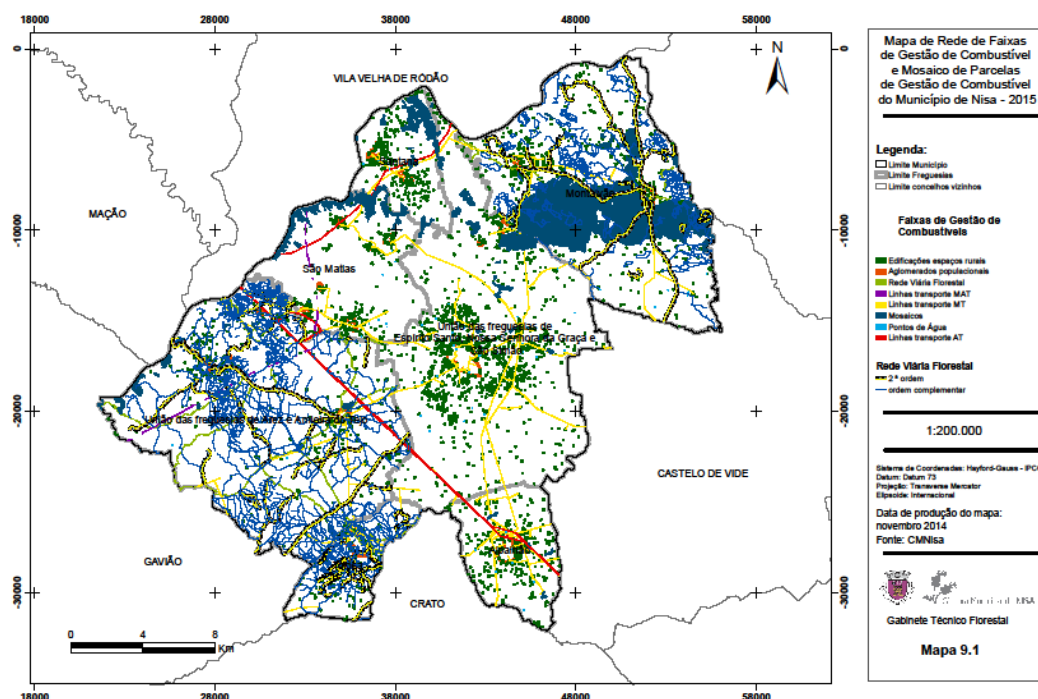
De acordo com a informação anterior assume-se que o Município de Nisa apresenta uma rede de pontos de água bem distribuída e eficaz na DFCL, todavia quase na sua totalidade privada, deverão no entanto os proprietários dos Pontos de Água, fazer um esforço no sentido de que estes se enquadrem no estipulado na Portaria n.º 133/2007 de 26 de janeiro.

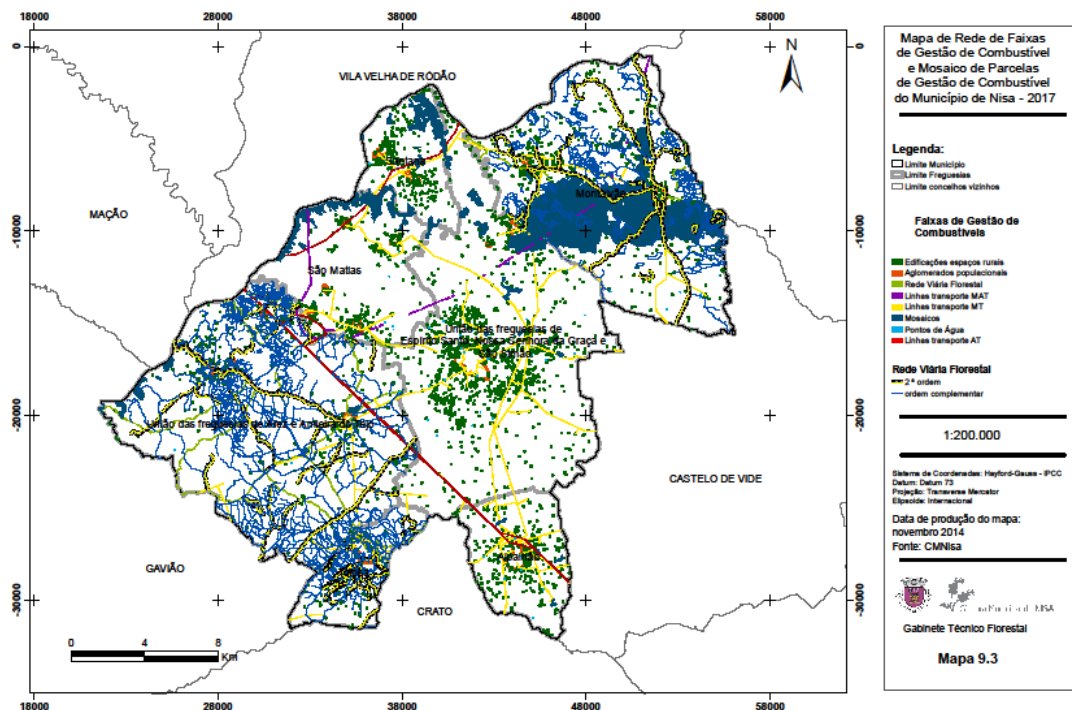
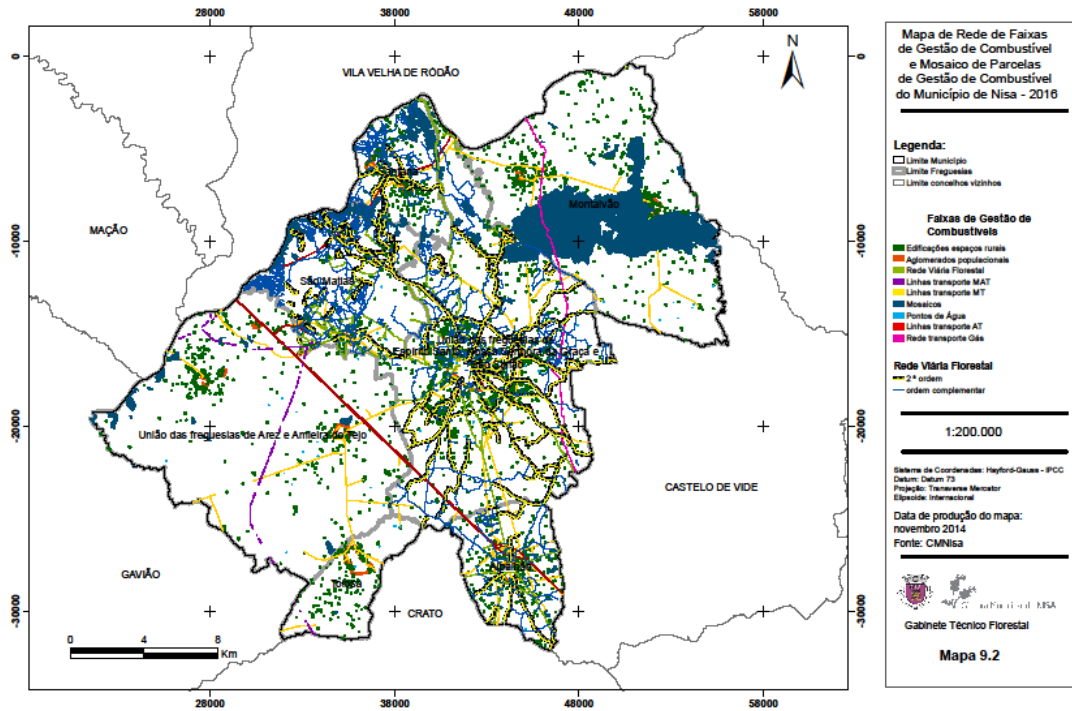
d) Silvicultura no âmbito da DFCI

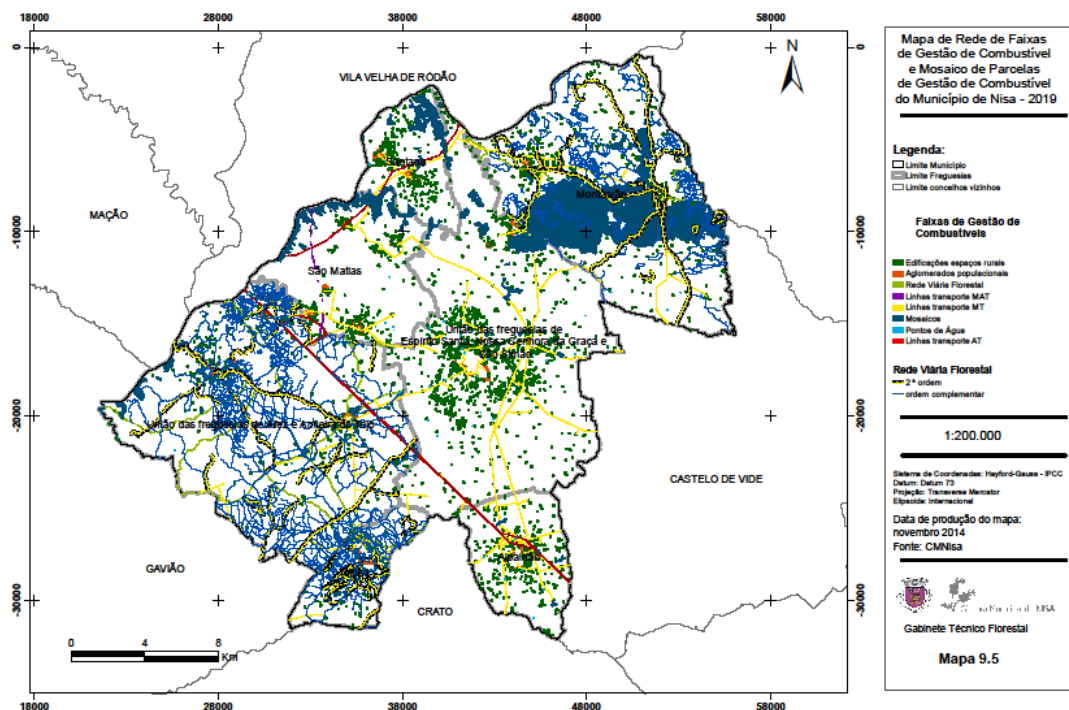
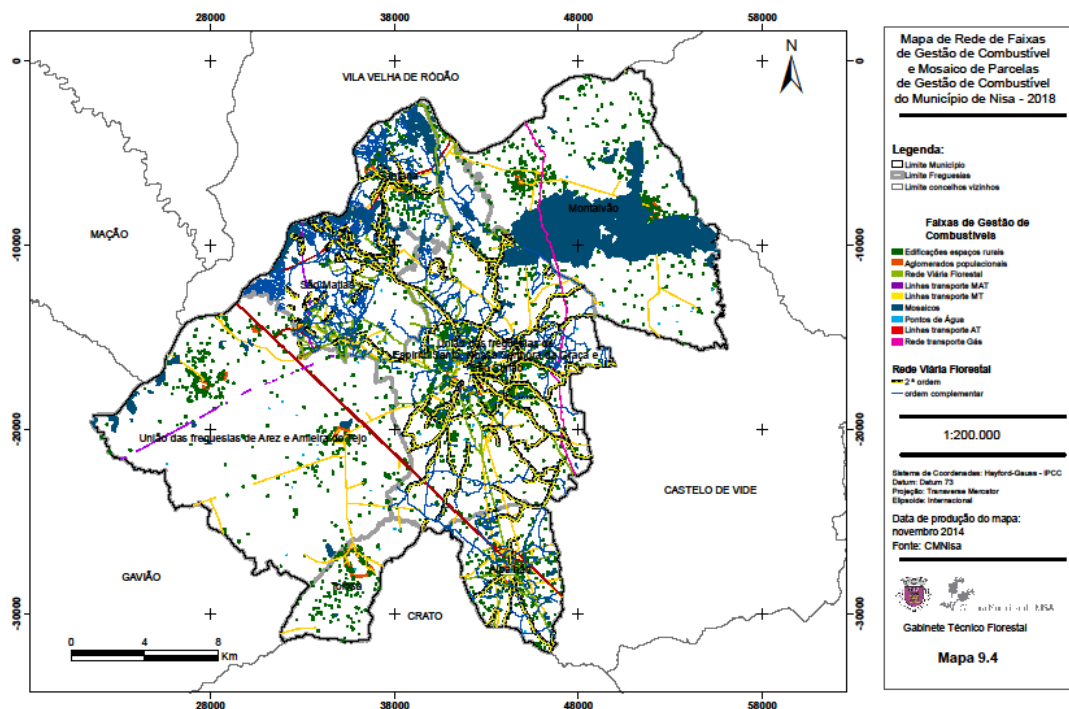


4.1. 2. Planeamento das Ações Referentes ao 1.º Eixo Estratégico

a) Rede de FGC e MPGC, RVF E RPA









Nas faixas das edificações em espaços rurais, aglomerados populacionais, rede viária florestal e pontos de água, prevê-se a manutenção em todo o território e nas áreas inseridas ou confinantes com espaços florestais, onde haverá necessidade de intervenção todos os anos, na mesma área.

Relativamente às restantes faixas, nomeadamente linhas de transporte de energia e rede de transporte de gás, foram selecionadas áreas e distribuídas ao longo da vigência do Plano Municipal de Defesa da floresta Contra Incêndios, que serão executadas pelas entidades responsáveis com meios próprios.

As faixas de gestão de combustível da rede primária, é da responsabilidade do Instituto da Conservação da natureza (ICNF), que serão definidas pelo Plano Distrital de Defesa da Floresta.

As áreas agrícolas, contribuem para a criação de áreas de descontinuidade, deverão ser mantidas pelos proprietários.



b) Rede de FGC e MPGC

Quadro 3 – Rede de FGC com e sem necessidade de intervenção

Descrição FGC	Código ou Faixa	Total (ha)	2015		2016		2017		2018		2019	
			Sem Interv.	Com Interv.	Sem Interv.	Com Interv.	Sem Interv.	Com Interv.	Sem Interv.	Com Interv.	Sem Interv.	Com Interv.
Edificações espaços rurais	1	2940	0	2940	0	2940	0	2940	0	2940	0	2940
Aglomerados populacionais	2	531	0	531	0	531	0	531	0	531	0	531
Rede Viária Florestal	4	1128,7	408,6	720,1	324,3	804,4	408,6	720,1	324,3	804,4	408,6	720,1
Rede de Transporte de Gás	6	41,5	41,5	0	0	41,5	41,5	0	0	41,5	41,5	0
Linhas transporte MAT	7	175,11	147,52	27,59	126,83	48,28	114,21	60,90	136,76	38,35	164,28	10,83
Rede Primária	8	3546	A Definir pelo Plano Distrital de Defesa da Floresta									
Linhas transporte MT	10	329,9	329,9									
Pontos de Água	12	20,8	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4	10,4
Linhas transporte AT	13	146,7	146,7									
Mosaicos	11	3921	3921									

Fonte: CMN

O Decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, estabelece as medidas e ações a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e define os princípios de condicionamento à edificação, no n.º 3 do art.º 16º.

As novas edificações no espaço florestal ou rural fora das áreas edificadas consolidadas têm que salvaguardar, na sua implantação no terreno:



- A garantia de distância à estrema da propriedade de uma faixa de proteção nunca inferior a 50 m, sendo a faixa de proteção da responsabilidade dos proprietários das edificações em espaço rural;
- Adoção de medidas especiais relativas à resistência à passagem do fogo;
- Contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e respetivos acessos;
- Nas imediações dos edifícios deve existir disponibilidade de água para abastecimento dos veículos de socorro durante o período crítico de incêndios;
- Os edifícios e os recintos devem ser servidos por vias de acesso adequadas a veículos de socorro em caso de incêndio, as quais, mesmo que estejam em domínio privado, devem possuir ligação permanente à rede viária e permitir a existência de uma zona de inversão de marcha ao redor da edificação.

Gestão de combustível na faixa de proteção:

- No estrato arbóreo, a distância entre as copas das árvores deve ser no mínimo de 4 metros e a desramação deve ser de 50% da altura da árvore até que esta atinja os 8 metros, altura a partir da qual a desramação deve alcançar no mínimo 4 metros acima do solo.
- Deve ser garantida a descontinuidade horizontal dos combustíveis entre a edificação e o limite externo da faixa;
- Os estratos arbóreos, arbustivo e subarbustivos remanescentes, devem ser organizados espacialmente, de forma a evitar a continuidade vertical dos diferentes estratos combustíveis;
- As copas das árvores e arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 metros da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício;
- não poderão ocorrer na faixa de proteção quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como outras substâncias altamente inflamáveis;
- Sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 a 2 metros de largura, circundando todo o edifício.



c) Rede Viária Florestal

Quadro 4 – Rede Viária Florestal com e sem necessidade de intervenção

Ordem da RVF (Rede_DFCL)	Total (Km)	2015		2016		2017		2018		2019	
		Sem Interv.	Com Interv.	Sem Interv.	Com Interv.	Sem Interv.	Com Interv.	Sem Interv.	Com Interv.	Sem Interv.	Com Interv.
Rede de 1. ^a ordem	199,8	199,8	0	199,8	0	199,8	0	199,8	0	199,8	0
Rede de 2. ^a ordem	369,8	288,95	80,85	265,75	104,05	288,95	80,85	265,75	104,05	288,95	80,85
Rede complementar	1359	917,5	441,5	1121	238	917,5	441,5	1121	238	917,5	441,5

Fonte: CMN

d) Rede de Pontos de Água

Quadro 5 – Rede de Pontos de Água a construir e/ou manutenção

ID_PA	Tipo PA	Classe_PA (A,M,T)	Volume máx. (m ³)	Tipo de Intervenção (C - Construção / M - Manutenção)				
				2015	2016	2017	2018	2019
1851	Tanque	T	9,00	M		M		M
4122	Barragem	M	150,000	M		M		M
4163	Rio	M	300,000		M		M	
2153	Albufeira	M	45,000		M		M	
4117	Albufeira	M	37,500	M		M		M
4132	Barragem	M	120,000	M		M		M
4151	Albufeira	M	500,00		M			
4154	Rio	M	60,000		M			
4124	Rio	M	1000,000	M		M		M

Fonte: CMN

e) Metas e Indicadores

Quadro 6 – Metas e Indicadores

Descrição FGC	Metas									
	2015		2016		2017		2018		2019	
	Com necessidade de Intervenção (ha)									
Edificações espaços rurais	2940	60%	2940	60%	2940	60%	2940	60%	2940	60%
Aglomerados populacionais	531	60%	531	60%	531	60%	531	60%	531	60%
Rede viária florestal	720,1	60%	804,4	60%	720,1	60%	804,4	60%	720,1	60%
Rede de transporte de gás			41,5	60%			41,5	60%		
Linhas transporte energia MAT	27,59	60%	48,28	60%	60,90	60%	38,35	60%	10,83	60%
Rede primária	A definir pelo Plano Distrital									
Linha transporte energia MT	329,9	70%	329,9	70%	329,9	70%	329,9	70%	329,9	70%
Pontos de água	10,4	80%	10,4	80%	10,4	80%	10,4	80%	10,4	80%
Linha transporte energia AT	146,7	70%	146,7	70%	146,7	70%	146,7	70%	146,7	70%
	Com necessidade de Intervenção (ha)									
Rede de 1.ª ordem										
Rede de 2.ª ordem	80,85	60%	104,05	60%	80,85	60%	104,05	60%	80,85	60%
Rede complementar	441,5	60%	238	60%	441,5	60%	238	60%	441,5	60%
Mosaicos	980,25	60%	980,25	60%	980,25	60%	980,25	60%	980,25	60%
	Com necessidade de Intervenção (ha)									
1851	M	50%			M	50%			M	50
4122	M				M			M		
4163			M	50%			M	50%		
2153			M				M			
4117	M	50%			M	50%			M	50%
4132	M				M			M		
4151										
4154										
4124	M	50%			M	50%			M	50%

Fonte: CMN

f) Orçamentos e responsáveis

Quadro 7 – Estimativa de orçamento para execução da rede de FGC, RVF e RPA

Descrição FGC	Responsáveis	Estimativa orçamental (€)				
		2015	2016	2017	2018	2019
Descrição FGC						
Edificações espaços rurais	Privados	1323,00	1323,00	1323,00	1323,00	1323,00
Aglomerados populacionais	Privados / Adm. Local	238950,00	238950,00	238950,00	238950,00	238950,00
Rede viária florestal	EP / Adm. Local	324044,99	361979,99	324044,99	361979,99	324044,99
Rede de transporte de gás	Gás de Portugal	0	18634,297	0	18634,297	0
Linhas transporte energia MAT	REN	12415,499	21726,00	27405,00	17257,499	4873,5
Rede primária	ICNF					
Linhas transporte energia MT	EDP	29691,00	29691,00	29691,00	29691,00	29691,00
Pontos de água	Privados	4,68	4,68	4,68	4,68	4,68
Linha transporte energia AT	EDP	13203,00	13203,00	13203,00	13203,00	13203,00
RVF (Rede DFCl)	Com necessidade de Intervenção (Km)					
Rede de 1.ª ordem						
Rede de 2.ª ordem		161700,00	20810,00	161700,00	20810,00	161700,00
Rede complementar		883000,00	476000,00	883000,00	476000,00	883000,00
Mosaicos	Privados / Adm. Local	44111,5	44111,5	44111,5	44111,5	44111,5
RPA (ID_ PA)	Com necessidade de Intervenção					
1851	Adm. Local	2,500		2,500		2,500
4122	Adm. Local					
4163	Adm. Local		2,500		2,500	
2153	Adm. Local					
4117	Adm. Local	2,500		2,500		2,500
4132	Adm. Local					
4151	Adm. Local		2,500		2,500	
4154	Adm. Local					
4124	Adm. Local	1,250		1,250		1,250
TOTAL		1708448,919	1226438,467	172349,42	1221969,966	1700907,92

Fonte: CMN



4.2. 2.º EIXO ESTRATÉGICO – REDUÇÃO DA INCIDÊNCIA DOS INCÊNDIOS

O elevado número de ocorrências leva à necessidade de uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida como um conjunto das atividades que têm por objetivo reduzir ou anular a probabilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que um incêndio pode originar, ou seja, que atua em duas vertentes, o controlo das ignições e o controlo da propagação. Considerando que o controlo das ignições consiste em evitar que se dê início a um incêndio e a maioria dos incêndios são causados por atividades humanas, é sobre a alteração dos comportamentos humanos relativos ao uso do fogo, que se deverá atuar.

Neste sentido, a responsabilização e a consciencialização é um passo importante na sensibilização da necessidade de conservar, proteger e valorizar os espaços florestais.

4.1. 2. Avaliação

a) Comportamentos de Risco

Tendo como objetivo a redução da incidência dos incêndios florestais procede-se à avaliação dos comportamentos de risco por parte dos diferentes grupos. Com esta informação espera-se que no futuro possam ser minimizados os impactos e os danos provocados pelos referidos comportamentos.



Quadro 8 – Identificação dos comportamentos de risco

Grupo-Alvo	Comportamentos de Risco				
	O quê?	Como?	Onde? (freguesia e local)	Quando?	
Proprietário Florestal, Agricultor, Trabalhadores Rurais	Ignição de Incêndios	Utilização de máquina e equipamentos agrícolas em dias de risco de incêndio (superior a elevado)	Todas as freguesias	Período Crítico e dias de risco de incêndio superior a elevado	
Operador de Máquinas Agrícolas /Florestais	Ignição de Incêndios	Manuseamento de máquinas e equipamentos durante o período crítico de risco de incêndio			
Idosos	Ignição de Incêndios	Utilização incorreta do fogo para diversos fins			
Caçador, Pescador, Pastor	Ignição de Incêndios	Uso incorreto de alimentos para confeção de alimentos		Todas as freguesias	Período Crítico e dias de risco de incêndio superior a elevado
		Deposição do lixo em local incorreto			
Proprietários de Habitações em Zona de Interface Urbano-Florestal	Ignição de Incêndios	Não proceder a ações de silvicultura preventiva em redor das habitações, não cumprindo a legislação sobre FGC			
Automobilista	Ignição de Incêndios	Lançamento de lixo pela janela do carro (pontas de cigarros, latas)			
População Escolar	Ignição de Incêndios	Brincar com o fogo			

Fonte: CMN

b) Fiscalização

Quadro 9 – Inventariação de autos levantados

N. de autos	Tipo de Processo	Observações
2	Gestão de Combustível	Os três processos foram instruídos pelo município de Nisa
1	Queimada sem licença	
16	Incêndios Florestais	Autos de notícia por crime de incêndio florestal enviados para instrução para o tribunal de Nisa

Fonte: GNR/SEPNA

4.2. 2. Planeamento das ações referentes ao 2.º Eixo Estratégico

a) Sensibilização

As ações de sensibilização visam inculcar nas populações responsabilidades, e uma maior consciencialização da importância do valor e da preservação do património florestal. As ações de sensibilização a desenvolver, intervêm em três grupos a nível local; população em geral, agricultores e proprietários florestais e população escolar.



Quadro 10 – Propostas de Ações de Sensibilização

Ano	Problema diagnosticado	Público-alvo	Ações	Objetivos	Local	Período da ação
2015 a 2019	“Uso do Fogo”	Agricultores; Produtores florestais; População rural; População em geral.	Ação n.º 1 Educar, informar a população para atividades de prevenção relativas aos incêndios florestais tais como proteção de bens e autoproteção e a realização de fogueiras, queimas e queimadas em segurança. Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios, sensibilizar para a utilização de práticas que diminuam o número de ignições, Aumentar o conhecimento relativo às atividades de prevenção contra os incêndios florestais, obrigatórios por lei, que competem à população.	Reduzir a ignição de incêndios, provocados pelo uso do fogo; Melhorar o conhecimento do grupo-alvo para os artigos 27º e 28º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de junho com as alterações do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro.	A determinar anualmente pelo GTF do Município.	De novembro a maio de cada ano.
	Utilização de maquinaria florestal e agrícola, durante o período crítico	Produtores florestais; Produtores agrícolas.	Ação n.º 2 Sensibilizar sobre as possíveis consequências inerentes ao uso de maquinaria florestal e agrícola durante o período crítico	Reduzir a ignição de incêndios, provocados por maquinaria agrícola e florestal; Melhorar o conhecimento do grupo-alvo.	Em todas as freguesias do Município.	Janeiro a maio de cada ano.
	Sensibilização florestal e ambiental	Comunidade escolar	Ação n.º 3 Sensibilizar a comunidade escolar do Município para a importância da floresta; Educar e alertar para os comportamentos de risco ou negligentes, como por exemplo brincadeiras com o fogo.	Melhorar o conhecimento do público-alvo para a necessidade de proteger a floresta contra incêndios; Sensibilizar o público-alvo para a importância das florestas nos ecossistemas envolventes.	Em todas as freguesias do Município.	De Setembro a junho de cada ano.
	Gestão de combustíveis	Agricultores; Produtores florestais; População rural; População em geral.	Ação n.º 4 Sensibilizar os proprietários de terrenos localizados em espaços rurais, para a obrigatoriedade de proceder à gestão de combustíveis. Aumentar o conhecimento relativo às atividades de prevenção contra os incêndios florestais, obrigatórios por lei, que competem à população.	Melhorar o conhecimento do público-alvo para a obrigatoriedade de gestão de combustíveis nos terrenos confinantes a edificações, artigo 15º do Decreto-lei n.º 124/2006 de 28 de junho com as alterações do Decreto-lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro.	Em todas as freguesias do Município	De outubro a junho de cada ano.

Fonte: CMN

b) Fiscalização

Para além da sensibilização a prática da fiscalização nos espaços florestais como método de prevenção revela-se de extrema importância. Estas ações terão objetivos específicos de acordo com o público fiscalizado, de modo a fazer cumprir as recomendações da legislação em vigor. As ações de fiscalização, segundo o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de junho, com as alterações do Decreto-Lei n.º 17/2009 de 14 de janeiro, são da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), da Autoridade Nacional de Proteção Civil e das Câmaras Municipais e aos vigilantes da natureza.

c) Metas e Indicadores

Quadro 11 – Definição de metas para a Sensibilização e Fiscalização

	Ações	Metas	Indicadores				
			2015	2016	2017	2018	2019
Sensibilização	Ação n.º 1	<ul style="list-style-type: none"> - Realização de ações de sensibilização/esclarecimento em todas as freguesias, com distribuição de desdobráveis de divulgação e alerta. - Distribuição de folhetos de sensibilização. - Informação na página da internet do município e locais habituais de divulgação do início da “Época de risco de incêndio” e legislação referente. 	<ul style="list-style-type: none"> - 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50). - Reduzir em 30% os incêndios provocados pelo uso do fogo. 	<ul style="list-style-type: none"> - 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50). - Reduzir em 30% os incêndios provocados pelo uso do fogo. 	<ul style="list-style-type: none"> - 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50). - Reduzir em 30% os incêndios provocados pelo uso do fogo. 	<ul style="list-style-type: none"> - 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50). - Reduzir em 30% os incêndios provocados pelo uso do fogo. 	<ul style="list-style-type: none"> - 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50). - Reduzir em 30% os incêndios provocados pelo uso do fogo.
	Ação n.º 2	<ul style="list-style-type: none"> - Folheto que reúna informação sobre as boas práticas florestais e comportamentos de risco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração distribuição de folheto (300 exemplares). 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração distribuição de folheto (300 exemplares). 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração distribuição de folheto (300 exemplares). 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração distribuição de folheto (300 exemplares). 	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração distribuição de folheto (300 exemplares).



Quadro 11 – Definição de metas para a Sensibilização e Fiscalização (continuação)

	Ações	Metas	Indicadores				
			2015	2016	2017	2018	2019
	Ação n.º 3	- Realização de ações a desenvolver no âmbito do “projeto ambiente e floresta” do município.	-Concretização das ações planeadas anualmente pelo “Projeto ambiente e floresta” do município.	-Concretização das ações planeadas anualmente pelo “Projeto ambiente e floresta” do município.	-Concretização das ações planeadas anualmente pelo “Projeto ambiente e floresta” do município.	-Concretização das ações planeadas anualmente pelo “Projeto ambiente e floresta” do município.	-Concretização das ações planeadas anualmente pelo “Projeto ambiente e floresta” do município.
	Ação n.º 4	- Realização de ações de sensibilização/esclarecimento em todas as freguesias, com distribuição de desdobráveis de divulgação e alerta. - Distribuição de folhetos de sensibilização.	- 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50).	- 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50).	- 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50).	- 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50).	- 2 Sessões de esclarecimento nas freguesias a determinar pelo GTF. - Distribuição de folhetos (300); Colocação de cartazes (50).
Fiscalização	- Percorrer as faixas de gestão de combustíveis que se encontram junto a aglomerados e casas isoladas - Verificação da realização de gestão de combustíveis.	- Verificar o cumprimento do artigo 15º, do Decreto-Lei nº 124/2006, com as alterações do Decreto-lei nº. 17/2009, de 14 de Janeiro DL, pelos proprietários.	- 100% dos autos levantados , o cumprimentos de limpeza de combustíveis seja de 30%.	- 100% dos autos levantados o cumprimentos de limpeza de combustíveis seja de 45%.	- 100% dos autos levantados o cumprimentos de limpeza de combustíveis seja de 60%.	- 100% dos autos levantados o cumprimentos de limpeza de combustíveis seja de 75%.	- 100% dos autos levantados o cumprimentos de limpeza de combustíveis seja de 100%.
	- Percorrer as zonas mais críticas estipuladas no período crítico, e em dias em que o índice de risco de incêndios seja igual ou superior a elevado	- Verificar o cumprimento dos artigos 27º e 28º, do Decreto-Lei nº 124/2006, com as alterações do Decreto-lei nº. 17/2009, de 14 de Janeiro DL, pelos proprietários.	- Diminuição dos autos levantados em 30%.	- Diminuição dos autos levantados em 45%.	- Diminuição dos autos levantados em 60%.	- Diminuição dos autos levantados em 75%.	- Diminuição dos autos levantados em 100%.

Fonte: CMN

d) Orçamento e responsáveis

Quadro 12 – Estimativa de Orçamento para cada meta e Responsáveis

	Ação	Responsável	Orçamento (€)				
			2015	2016	2017	2018	2019
Sensibilização			2015	2016	2017	2018	2019
	Ação n.º 1	Município de Nisa	150	150	150	150	150
	Ação n.º 2	Município de Nisa	100	100	100	100	100
	Ação n.º 3	Município de Nisa	2000	2000	2000	2000	2000
	Ação n.º 4	Município de Nisa	150	150	150	150	150
	Subtotal		2400	2400	2400	2400	2400
Fiscalização	- Percorrer as faixas de gestão de combustíveis que se encontram junto a aglomerados e casas isoladas ; - Verificação da realização de gestão de combustíveis.	GNR	0	0	0	0	0
	- Percorrer as zonas mais críticas estipuladas no período crítico, e em dias em que o índice de risco de incêndios seja igual ou superior a elevado	GNR	0	0	0	0	0
	Subtotal		0	0	0	0	0
	Total		2400	2400	2400	2400	2400

Fonte: CMN

4.3. 3.º EIXO ESTRATÉGICO – MELHORIA DA EFICÁCIA DO ATAQUE E DA GESTÃO DOS INCÊNDIOS

O terceiro eixo estratégico pretende melhorar a eficácia do ataque e da gestão de incêndios. Neste sentido é fundamental a organização de um dispositivo que preveja a mobilização de

meios e recursos, de forma a garantir a deteção e extinção dos mesmos, devendo esta ser uma prioridade ao nível do planeamento.

Os objetivos estratégicos inerentes à melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios consistem na articulação dos sistemas de vigilância e de deteção com os meios de primeira intervenção, no reforço da capacidade da primeira intervenção e do ataque ampliado e na melhoria da eficácia do rescaldo e vigilância pós-incêndio. Para a operacionalidade dos objetivos definidos prevê-se estruturar e gerir a vigilância e a deteção como um sistema integrado, estruturar o nível municipal e distrital e garantir uma correta e eficaz execução do rescaldo e da vigilância pós-incêndio.

As ações prevista para o 3.º Eixo Estratégico pretende-se com a identificação de todos os sistemas de vigilância e deteção, responsabilidades, procedimentos e objetivos e elaboração de cartas de visibilidade para Locais Estratégicos de Estacionamento.

Na definição das metas e indicadores das ações que fazem parte deste Eixo Estratégico foi considerada a informação base relativa à caracterização climática e análise do histórico e casualidade dos incêndios.

4.3.1. Avaliação

a) Vigilância e Deteção

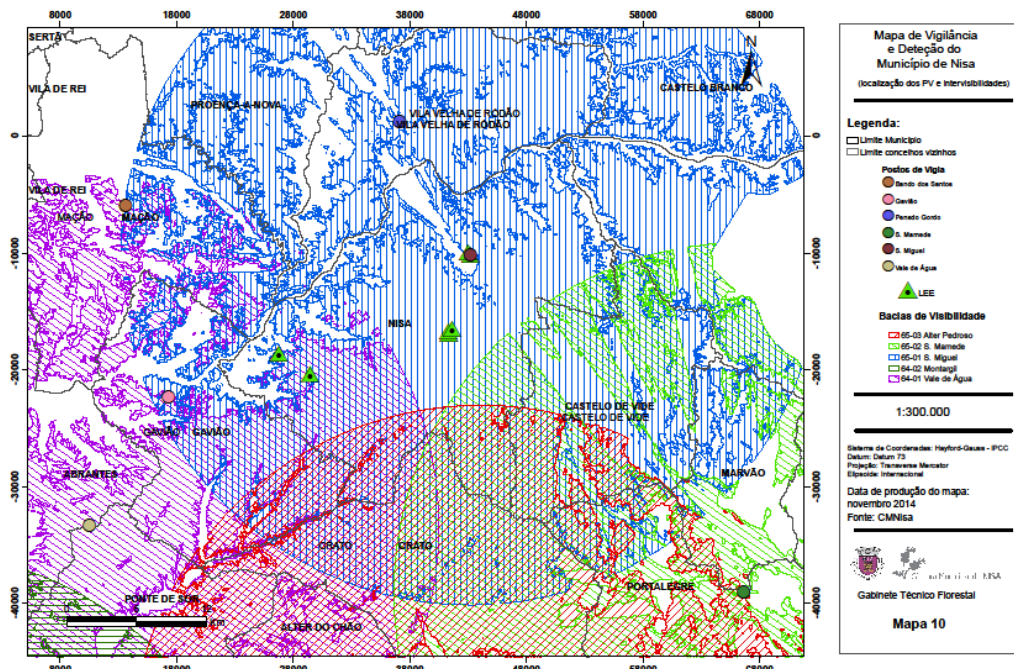
As ações de vigilância e deteção, coordenadas pela Guarda Nacional Republicana, são cruciais para o sucesso de qualquer estratégia que vise atenuar a problemática dos incêndios florestais, seja porque visam a deteção precoce dos eventuais focos de incêndio, e consequente antecipação das ações de supressão, seja porque permitem uma monitorização do território e das atividades, conduzindo à dissuasão.

Para detetar um incêndio florestal no mais curto espaço de tempo, bem como minimizar o tempo entre o início do incêndio e o seu combate, existem, no Município, uma série de estruturas e

equipas pertencentes a diversas entidades que coordenadas constituem o Sistema de Vigilância Municipal. Este sistema encontra-se organizado em vigilância fixa e deteção e em vigilância móvel.

A vigilância fixa no Município de Nisa é assegurada pelos postos de vigia da Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV) com visibilidade para o território de Nisa, deste conjunto de postos de vigia apenas o posto de São Miguel (PV 65-01) se localiza no Município. A vigilância e deteção de incêndios a partir de postos de vigia, tem associado o natural inconveniente de existência de zonas do território que não são visíveis para o vigilante.

No Município de Nisa, as ações de vigilância móvel são efetuadas pelas equipas dos Bombeiros Voluntários, Guarda Nacional Republicana e Equipa de Sapadores Florestais (SF-11-182) da Câmara Municipal, segundo o respetivo planeamento de cada equipa.



Quadro 13 – Número de incêndios e n.º total de equipas de vigilância e deteção nas diferentes fases de perigo

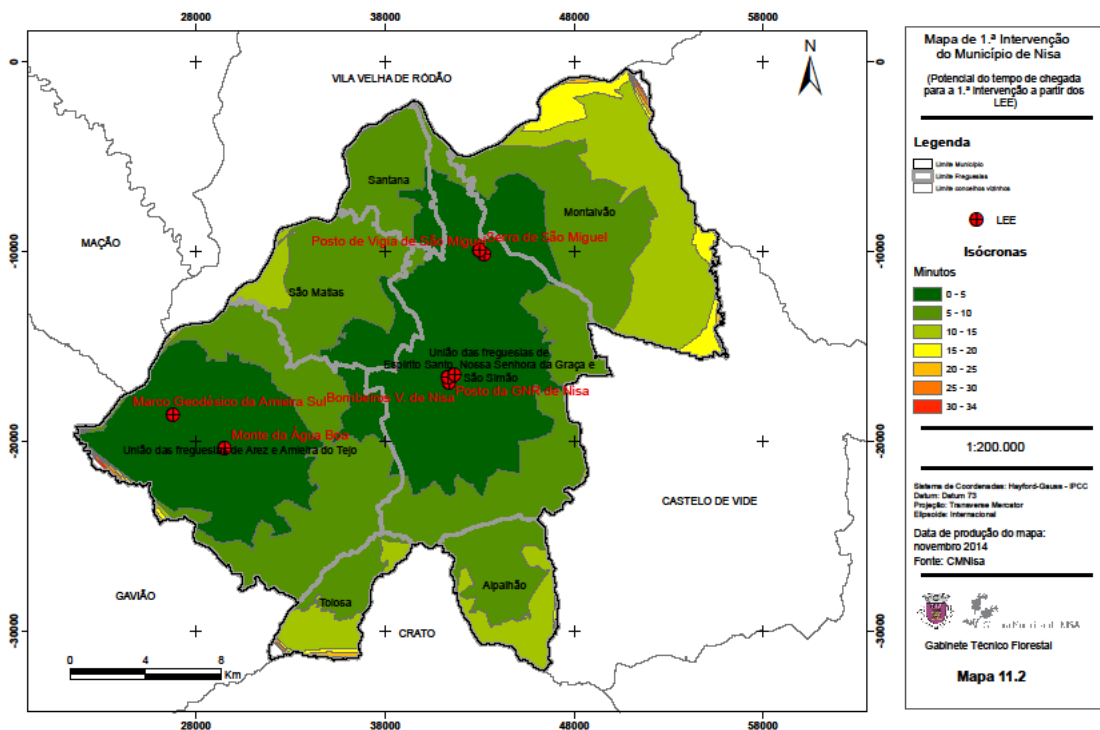
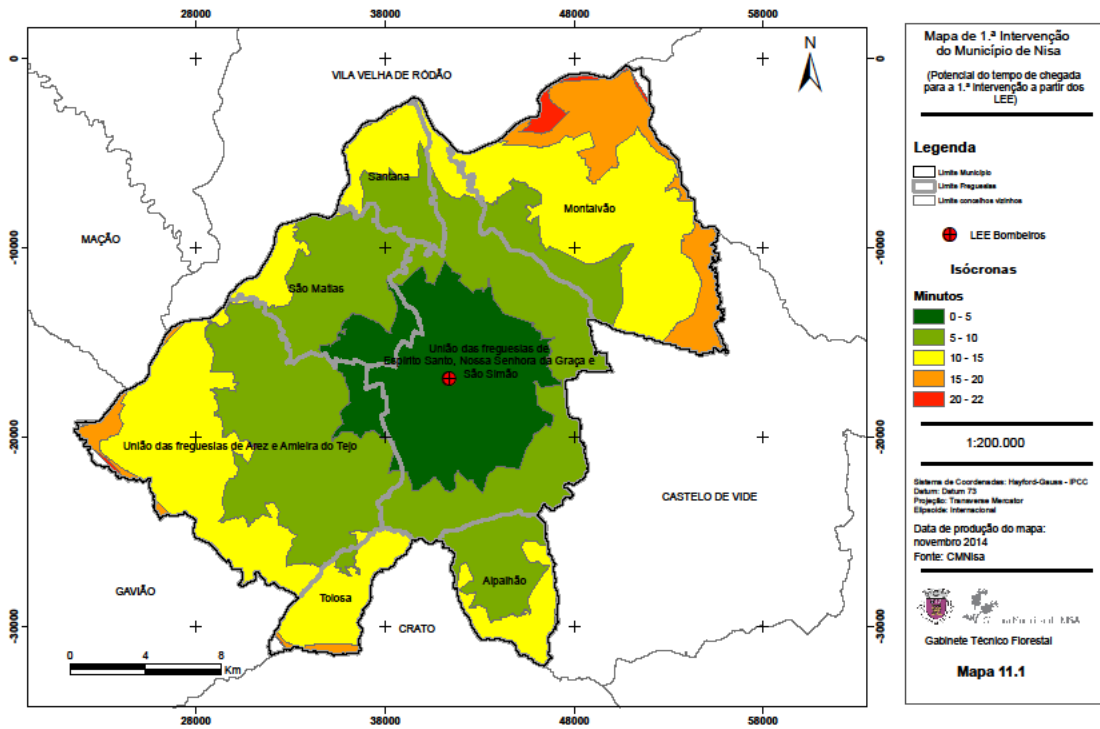
Fases de Perigo	Incêndios 2013	Equipas Vigilância e Deteção
Alfa (1 janeiro a 14 de maio)	0	SEPNA
Bravo (15 maio a 30 junho)	3	ECIN
		SF 11-182
		SEPNA
		GNR
		PV Montargil 64-02 (Ponte de Sor)
		PV Gavião 64-03 (Gavião)
		PV S. Simão 64-03 (Nisa)
		PV S. Mamede 65-02 (Portalegre)
Charlie (1 julho a 30 setembro)	3	ECIN
		SF 11-182
		SEPNA
		GNR
		PV Montargil 64-02 (Ponte de Sor)
		PV Gavião 64-03 (Gavião)
		PV S. Simão 64-03 (Nisa)
		PV S. Mamede 65-02 (Portalegre)
		PV Vale D'Água 64-01 (Ponte de Sôr)
PV Alter Pedroso		
Delta (1 outubro a 31 outubro)	21	SEPNA
Echo (1 novembro a 31 dezembro)	0	SEPNA

Fonte: CMN, GNR, CDOS

b) 1.ª Intervenção

No Município de Nisa, são intervenientes na primeira intervenção, o Corpo de Bombeiros Voluntários de Nisa, outros corpos de bombeiros, a Equipa de Sapadores Florestais (SF-11-182) da Câmara Municipal e, conforme a localização do incêndio, a AFOCELCA.

O objetivo dos mapas que se seguem consiste numa análise sobre o tempo de resposta, por rede viária, das equipas de 1.ª intervenção a partir do quartel dos bombeiros e dos LEE (Locais Estratégicos de Estacionamento).

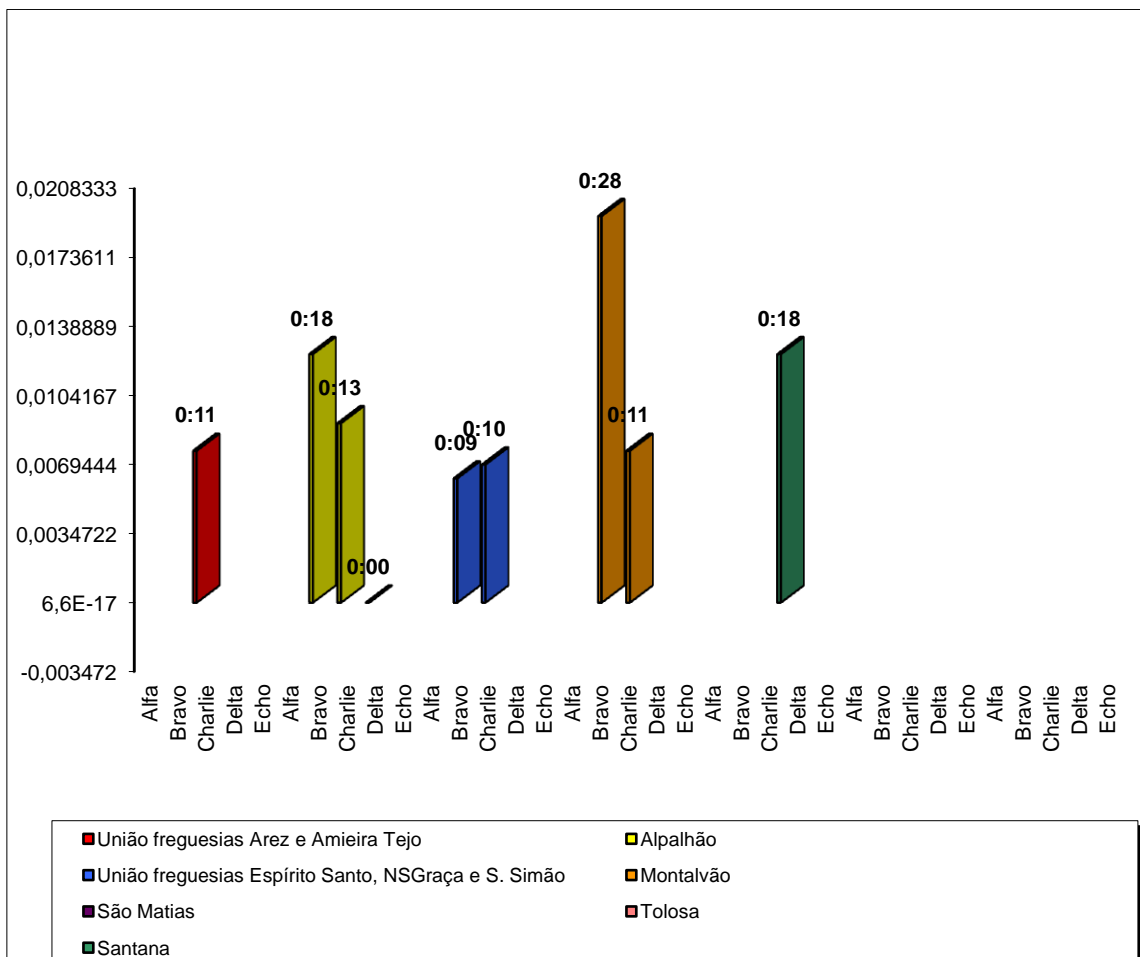


**Quadro 14** – Equipas e número de elementos de 1.ª Intervenção nas diferentes fases de perigo

Incêndios 2013	Equipas / N.º de elementos				
	Alfa	Bravo	Charlie	Delta	Echo
7685		1 ECIN / 5			
8582		1 ECIN / 5			
8632		1 ECIN / 5			
9529			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
10430			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
10503			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
12051			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
12058			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
12639			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
12722			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
12769			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
12817			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
13107			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
13629			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14260			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14262			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14482			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14483			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14567			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14594			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14621			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14709			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
14889			1 ECIN / 5 + 1 SF11-182 / 5		
16177				1 ECIN / 3	

Fonte: CMN

Gráfico 1 – Valor médio por freguesia do tempo de chegada para a 1.ª Intervenção (2013)



Fonte: CMN

c) Rescaldo e vigilância pós- incêndio

De acordo com a análise efetuada segundo os dados do SGIF, no período de 2002 a 2013 não se identificaram reacendimentos no concelho de Nisa.



4.3.2. Planeamento das ações referentes ao 3.º Eixo Estratégico

a) Metas e Indicadores

Quadro 15 – Metas e Indicadores por ano nas diferentes fases de perigo

Fases de Perigo	Ação	Metas	Indicadores				
			2015	2016	2017	2018	2019
Alfa Bravo Charlie Delta Echo	Vigilância e Deteção	Reduzir o N.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	<20	<15	<15	<15	<15
		Detetar precocemente os focos de incêndio					
	1.ª Intervenção	Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	<20 minutos	<15 minutos	<15 minutos	<15 minutos	<15 minutos
		Dominar incêndios emergentes					
	Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Evitar reacendimentos	1	0	0	0	0

Fonte: CMN

As ações referidas no quadro anterior (**Quadro 15**) têm como principais objetivos diminuir o n.º de ocorrências, assim como, a área ardida no Município. Para o cálculo dos indicadores de vigilância, deteção teve-se em consideração a média do número de ocorrências e da área ardida dos últimos dez anos.

b) Orçamentos e Responsáveis

Quadro 16 – Orçamento e responsáveis referente ao 3.º Eixo Estratégico

Ações	Metas	Responsáveis	Estimativa Orçamental				
			2015	2016	2017	2018	2019
Vigilância e Detecção	Reduzir o N.º de ocorrências, através do efeito dissuasor da vigilância	CMN / GNR / BVN /	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000
	Detetar precocemente os focos de incêndio	CMN / GNR / BVN					
1.ª Intervenção	Intervir sobre o incêndio emergente nos primeiros 20 minutos após a sua deflagração	CMN / BVN	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000
	Dominar incêndios emergentes	CMN / BVN					
Rescaldo e vigilância pós-incêndio	Evitar reacendimentos	CMN / GNR / BVN / AFOCELCA	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000
TOTAL			75 000	75 000	75 000	75 000	75 000

Fonte: CMN

4.4. 4.º EIXO ESTRATÉGICO – RECUPERAR E REABILITAR ECOSISTEMAS

A recuperação de áreas ardidas é o primeiro passo para tornar os ecossistemas mais resilientes aos incêndios florestais.

Na recuperação e reabilitação de ecossistemas, deverão ser sempre realizadas intervenções de curto prazo, de forma a evitar a degradação dos recursos (água e solo) e das infraestruturas

(rede viária florestal e passagens hidráulicas) e intervenções de médio prazo, que têm por objetivo o restabelecimento do potencial produtivo e ecológico dos espaços florestais afetados por incêndios ou por agentes bióticos na sequência dos mesmos.

4.4.1. Planeamento das ações referentes ao 4.º Eixo Estratégico

a) Estabilização de emergência e reabilitação de povoamentos

Recuperar e reabilitar os ecossistemas é o grande objetivo que se pretende atingir no 4º Eixo Estratégico, sendo a avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação de estratégias de reabilitação a longo prazo, os objetivos operacionais que se pretendem alcançar no presente PMDFCI.

A importância e a urgência da intervenção na recuperação das áreas ardidas têm sido especialmente reconhecidas após a dimensão dos incêndios dos últimos anos. As grandes extensões afetadas, a nova geografia do fogo (que atingiu áreas antes pouco percorridas pelos incêndios), e o incipiente conhecimento técnico e científico utilizável para a posterior gestão dessas áreas ardidas fez com que surgissem diversas iniciativas privadas e públicas, de que se destaca a criação do Conselho Nacional de Reflorestação e das correspondentes Comissões Regionais.

Após a ocorrência de um incêndio há todo um conjunto de efeitos que se manifestam na mancha ardida, assim como em toda a sua área envolvente. Desta forma, torna-se premente abordar a questão dos incêndios no que diz respeito aos efeitos nos povoamentos florestais, aos efeitos no solo e no regime hídrico e aos efeitos na dinâmica dos ecossistemas.

Efeitos nos Povoamentos

A consequência mais drástica que pode ocorrer nos povoamentos florestais consiste na morte da totalidade das árvores do povoamento, no entanto nem sempre é esta a realidade verificada, já que a mortalidade causada pela passagem do fogo pode atingir apenas uma parte do arvoredo. Outra consequência dos incêndios num povoamento é o aparecimento de pragas e doenças.



Efeitos no Solo e no Regime Hídrico

Os efeitos do fogo no solo e no regime hídrico podem ser diretos, derivados da combustão da folhada e da matéria orgânica e indiretos, derivados do desaparecimento do coberto vegetal. No primeiro caso, os efeitos traduzem-se principalmente na mineralização da matéria orgânica presente no solo, a qual faz com que este fique temporariamente enriquecido em nutrientes sob a forma mineral, logo facilmente utilizados pelas plantas. No entanto, com a chegada das primeiras chuvas inicia-se o arrastamento superficial e em profundidade destes nutrientes até níveis fora do alcance das plantas, o que afeta consideravelmente a fertilidade do solo. Embora inicialmente se verifique um aumento de nutrientes disponíveis, o balanço global em termos de fertilidade é bastante negativo, já que enquanto não houver a reposição de uma parte significativa da matéria orgânica, não há a possibilidade de restituir ao solo os nutrientes utilizados pelas plantas que venham a existir (SILVA e VASCONCELOS, 2002).

Por sua vez, o desaparecimento total do coberto vegetal acelera o processo erosivo do solo. Esse processo é tanto maior quanto maior for o declive e quanto mais exposto ficar o solo após o incêndio. Da mesma maneira, o regime hídrico é alterado, dado que a quantidade de água que se infiltra no solo passa a ser menor, devido ao maior escoamento superficial e evaporação verificados. (SILVA e VASCONCELOS, 2002).

De uma forma geral, os danos ambientais derivados pela passagem do fogo são a erosão superficial e a alteração físico-química dos solos, a diminuição da capacidade de infiltração, a redução do tempo de concentração e conseqüente aumento do caudal de cheia, bem como o aumento do risco de desabamento ou deslizamentos de terra.

Uma forma de tentar contrariar a erosão dos solos consiste em colocar ramos queimados perpendicularmente ao máximo declive, apoiados por cepos das árvores abatidas. No entanto, outras técnicas podem ser consideradas, nomeadamente Técnicas de Engenharia Natural que compreendem um conjunto de técnicas e práticas que utilizam plantas vivas, preferencialmente autóctones, como elemento do processo construtivo, juntamente ou não com outros materiais (e.g., pedra, madeira, metal), no domínio da restauração ambiental. Estas técnicas consistem na abertura de valas no sentido das curvas de nível e posterior cobertura com material orgânico (faxinas); construção de pequenas represas, com pedras ou outros materiais, de forma a

permitir a infiltração da água no local e retenção de minerais (barragens de correção torrencial); utilização de sementeira aérea ou terrestre, com cobertura do solo com material vegetal de forma a se conseguir uma menor perda de solo, bem como estruturas de suporte e estabilização de taludes (muros de vegetação).

Efeitos no Funcionamento dos Ecossistemas

De certa forma, é do senso comum entender o fogo como um fenómeno destrutivo, não natural, associado às atividades humanas, talvez porque leva ao desaparecimento imediato de inúmeras espécies de plantas e animais numa dada área. No entanto, para avaliar os efeitos deste fenómeno na diversidade biológica do ecossistema, há que analisar o processo de recolonização do espaço no médio e longo prazo, e comparar a comunidade que se desenvolve (pós-fogo) com a inicial (pré-fogo), atendendo ao número de espécies existentes (riqueza florística, se estivermos a considerar a vegetação) e à abundância relativa dos indivíduos de cada espécie.

Para as condições predominantemente mediterrânicas do nosso País assiste-se a uma elevada resiliência em relação à passagem do fogo, os quais são caracterizados por ocorrerem em intervalos curtos (> 20 anos) e de baixa severidade, conferindo pouco impacto na composição das comunidades, sendo estas dominadas predominantemente por plantas tolerantes ao fogo. Esta capacidade é o resultado de milhões de anos de evolução adaptativa, o que levou à criação de diversas adaptações no sentido de garantir a perpetuidade das espécies e formações vegetais. No entanto, a sucessão natural de espécies vegetais depende em grande medida da qualidade da estação em causa, uma vez que, estações mais férteis reúnem condições para uma recuperação mais rápida da vegetação (SILVA, 2002).

Com base nas medidas legislativas em vigor (DL n.º 139/88, de 22 de Abril) torna-se legalmente obrigatório proceder à rearborização das áreas ardidas, salvo situações em que essa não seja a prática mais adequada para o uso do solo ou se a situação económica do proprietário não o permitir, obrigatoriamente que coloca em segundo plano a recuperação natural destas áreas.

Com base nas indicações enunciadas no PROF do Alto Alentejo, as espécies mais indicadas para a região onde se insere o Município do Crato são, o sobreiro, a azinheira, o pinheiro manso, o pinheiro bravo e o eucalipto, podendo também verificar-se aptidão para o castanheiro. Após

selecionadas as espécies, no momento da rearborização deverão ser adotadas as medidas de silvicultura preventiva estipuladas pela CNR (2005), com o objetivo de garantir a existência de manchas de descontinuidade, dificultarmos a progressão dos fogos, diminuir os danos causados nas árvores, facilitando desta forma as diversas equipas intervenientes na DFCI do Município.

Intervenções a Utilizar na Recuperação de Áreas Ardidas

O período imediatamente após a passagem do fogo, é crucial, pois a perda de solo verificada nos 3 meses seguintes é deveras maior do que a perda de solo verificada nos anos posteriores. Deste modo, no que respeita à preservação do solo, a celeridade é essencial para diminuir a perda de nutrientes e a erosão, objetivo que pode ser atingido através da criação de condições para a infiltração da água no solo e de barreiras que possibilitem a acumulação de cinza. A redução do caudal de cheia e o consequente aumento do tempo de concentração é possível, recorrendo a técnicas de Engenharia Natural, como já mencionado anteriormente, denominadas barragens de correção torrencial.

No caso de reconversão florestal do eucaliptal, o ideal será adiar a operação de remoção das toiças até ao Verão seguinte, com o objetivo de garantir uma cobertura vegetal mínima que proteja o solo da erosão. Em povoamentos de resinosas (pinheiro bravo, pinheiro manso, pinheiro silvestre, pseudotsuga) e/ou eucaliptos devem ser cortadas todas as árvores cuja copa se encontre completamente afetada. Em povoamentos de folhosas caducifólias (freixo, choupo, bétula, carvalho alvarinho, carvalho negral) e não caducifólias (sobreiro e azinheira) deve deixar-se passar uma Primavera para um diagnóstico rigoroso do estado das árvores, antes de decidir sobre a sua remoção; Também se deve considerar a possibilidade de efetuar uma extração seletiva, não removendo as árvores queimadas em zonas altamente suscetíveis à erosão (por exemplo, em grandes declives ou em solos mais propensos à erosão).

Os projetos de rearborização e silvicultura preventiva deverão ser resultado de uma avaliação das funções dos espaços florestais e dos modelos de silvicultura, de organização territorial e de infra estruturação mais adaptados a cada caso, os quais deverão ser definidos com base nas avaliações do efeito do fogo nos ecossistemas e da potencialidade das estações; na integração das condicionantes socio-territoriais, incluindo as decorrentes dos planos municipais, planos

florestais e planos especiais, para além da legislação geral; e do conhecimento da vontade e das expectativas dos proprietários (CNR, 2005).

4.5. 5.º EIXO ESTRATÉGICO – ADOÇÃO DE UMA ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAL

4.5.1. Avaliação

No sentido de se adotar uma estrutura orgânica funcional e eficaz para a proteção das áreas florestais, das pessoas e bens, é essencial a existência de uma organização a nível municipal fundamentada em volta de uma política de prevenção, e socorro. Neste sentido, é fundamental que a CMDFCI seja operacional e que consiga fomentar e implementar operações de DFCI, garantindo, ao mesmo tempo, todo o apoio técnico e logístico necessário.

São várias as atribuições desta Comissão:

- Elaborar um PMDFCI que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios, em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDFCI) e com o respetivo PROF;
- Propor ao ICNF, de acordo com o estabelecido no PMDFCI, os projetos de investimento de prevenção e proteção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;
- Desenvolver ações de sensibilização da população, de acordo com o definido no PNDFCI;
- Promover a criação de uma rede de autodefesa constituída por uma base de dados de recursos humanos e materiais afetos ao Município. Deste modo pretende-se sensibilizar a sociedade civil para a proteção e defesa da floresta contra incêndios e dotá-la de meios de intervenção, para que possa atuar em condições de segurança;
- Executar a elaboração de cartografia de infraestruturas florestais, delimitação de zonas de risco de incêndio e de áreas de abandono;
- Planificar a formação das entidades intervenientes no SDFCI
- Proceder à sinalização das infraestruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate;

- Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a sinalização, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência;
- Colaborar na divulgação de avisos às populações, no âmbito do sistema nacional de divulgação pública do índice de risco de incêndio;
- Aprovar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;
- Em matéria de incêndios florestais assegurar, em situação de acidente grave, catástrofe ou calamidade, o apoio técnico ao Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS).
- Promover a harmonização dos conteúdos do PMDFCI/POM, nas regiões de fronteira com os concelhos vizinhos.

a) Formação

Quadro 17 – Identificação das necessidades de formação

Grupo-Alvo	Necessidade Formativa
Técnico GTF	SNDFCI
	Técnicas de Fogo Controlado
Equipas de 1.Intervenção (SF 11-182)	Vigilância, Deteção e 1ª Intervenção
	Técnicas de Utilização do Motosserra
	Técnicas de Fogo Controlado

Fonte: CMN

4.5.2. Planeamento das ações referentes ao 5.º Eixo Estratégico

a) Organização SDFCI

Quadro 18 - Entidades intervenientes no SDFCI

		Competências Gerais				Entidades	Competências Significativas
Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios	<p>Articular a acuação dos diferentes organismos com diferentes competências</p> <p>Definir procedimentos e periodicidades de monitorização e revisão do PMDFCI e do POM</p> <p>Desenvolver ações de sensibilização da população</p> <p>Elaborar o PMDFCI e POM e garantir a sua revisão anual dentro do prazo de vigência dos mesmos</p> <p>Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a</p>	Garantir o cumprimento das propostas na CMDF	Câmara Municipal	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete e pelas ações de sensibilização, fiscalização e vigilância/deteção do Município.			
			Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF)	Coordenação das ações de prevenção estrutural, nas vertentes de sensibilização, planeamento, organização do território florestal, silvicultura e infra-estruturação . Registo cartográfico das áreas ardidas			
			Juntas de Freguesia	Alertar a CMDF acerca de alterações/atualizações que devam ser feitas no PMDFCI e POM.			
			Corporação de Bombeiros	Responsáveis pela vigilância e deteção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio			
			GNR	Coordenação das ações de prevenção operacional relativas à vigilância, deteção e fiscalização. Manutenção do SGIF			
			Outras Entidades		EDP	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete	
		REN	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas				
		Estradas de Portugal	Responsável pela manutenção das redes de pontos de água da sua competência				
		INAG	Responsável pela construção/manutenção das FGC nas áreas que lhe compete				
		Proprietários Privados	Responsável pela manutenção das rede de pontos de água da sua competência e pela vigilância/deteção.				
		ANPC	Coordenação das ações de combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio				

Fonte: CMN



Quadro 19 – Estimativa orçamental do programa de formação

Grupo-Alvo	Necessidade Formativa	Estimativa Orçamental (€)				
		2015	2016	2017	2018	2019
Técnico GTF	SNDFCI					
	Técnicas de Fogo Controlado					
Equipas de 1.Intervenção (SF 11-182)	Vigilância, Detecção e 1ª Intervenção					
	Técnicas de Utilização do Motosserra	1000	1000	1000	1000	1000
	Técnicas de Fogo Controlado					
Total (€)		1000	1000	1000	1000	1000

Fonte: CMN

No sentido de se adotar uma estrutura orgânica funcional e eficaz para a proteção das áreas florestais, das pessoas e dos seus bens, é essencial a existência de uma organização a nível Municipal fundamentada em volta de uma política de prevenção, proteção e socorro. Neste sentido, é fundamental que a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) seja operacional e que consiga fomentar e implementar operações de DFCI, garantindo, ao mesmo tempo, todo o apoio técnico e logístico necessário.

A CMDf de Nisa deverá reunir-se pelo menos quatro vezes por ano como previsto no PMDFCI e na Resolução de Ministros n.º 65/2006 de 26 de maio. As reuniões permitirão compilar informação periódica no sentido de se criar um plano operacional sectorial para cada entidade interveniente no PMDFCI do Município.

**Quadro 20 – Cronograma de reuniões da CMDF**

Reuniões	Temas
1.º Trimestre	Análise dos incêndios ocorridos no ano anterior
2.º Trimestre	Elaboração / Aprovação do POM
3.º Trimestre	Ações recomendáveis durante o período crítico

Fonte: CMN

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem um prazo de vigência de cinco anos (2015-2019), e é um documento dinâmico. A existência anual de um Plano Operacional Municipal (POM), permitirá fazer frente, de forma ágil e coordenada, ao problema dos incêndios florestais, sendo considerado um plano dinâmico e interativo, dando uma melhor perspetiva de DFCI no Município, servindo ainda, para estruturar os relatórios de vigilância a desenvolver pela CMDF. A data anual de aprovação do POM não se deve estender para além do dia 15 de Abril.

5. ESTIMATIVA DE ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMDFCI**5.1. Orçamento total****Quadro 21 – Síntese de estimativa do PMDFCI por eixo estratégico**

Eixo Estratégico	Estimativa Orçamental (€)					
	2015	2016	2017	2018	2019	Total Eixo
1.º Eixo	1708448,919	1226438,467	172349,42	1221969,966	1700907,92	6030114,692
2.º Eixo	2400	2400	2400	2400	2400	12000
3.º Eixo	75000	75000	75000	75000	75000	375000
4.º Eixo	-	-	-	-	-	-
5.º Eixo	1000	1000	1000	1000	1000	5000
Total / ano	61786848,919	1304838,467	250749,42	1300369,966	1779307,92	66422114,69
Total PMDFCI						72844229,38

Fonte: CMN

6 – ANEXO - CARTOGRAFIA

Mapa 1: Mapa de Modelos de Combustíveis Florestais

Mapa 2: Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal

Mapa 3: Mapa de Risco de Incêndio Florestal

Mapa 4: Mapa de Prioridade de Defesa

Mapa 5: Mapa de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) e Mosaicos de parcelas de Gestão de Combustível (MPGC)

Mapa 6: Mapa da Rede Viária Florestal (RVF)

Mapa 7: Mapa da Rede de Pontos de Água (RPA)

Mapa 8: Mapa de Silvicultura Preventiva no âmbito da DFCI

Mapa 9.1: Mapa de FGC, RVF e RPA - 2015

Mapa 9.2: Mapa de FGC, RVF e RPA – 2016

Mapa 9.3: Mapa de FGC, RVF e RPA – 2017

Mapa 9.4: Mapa de FGC, RVF e RPA – 2018

Mapa 9.5: Mapa de FGC, RVF e RPA - 2019

Mapa 10: Mapa de Vigilância e Deteção

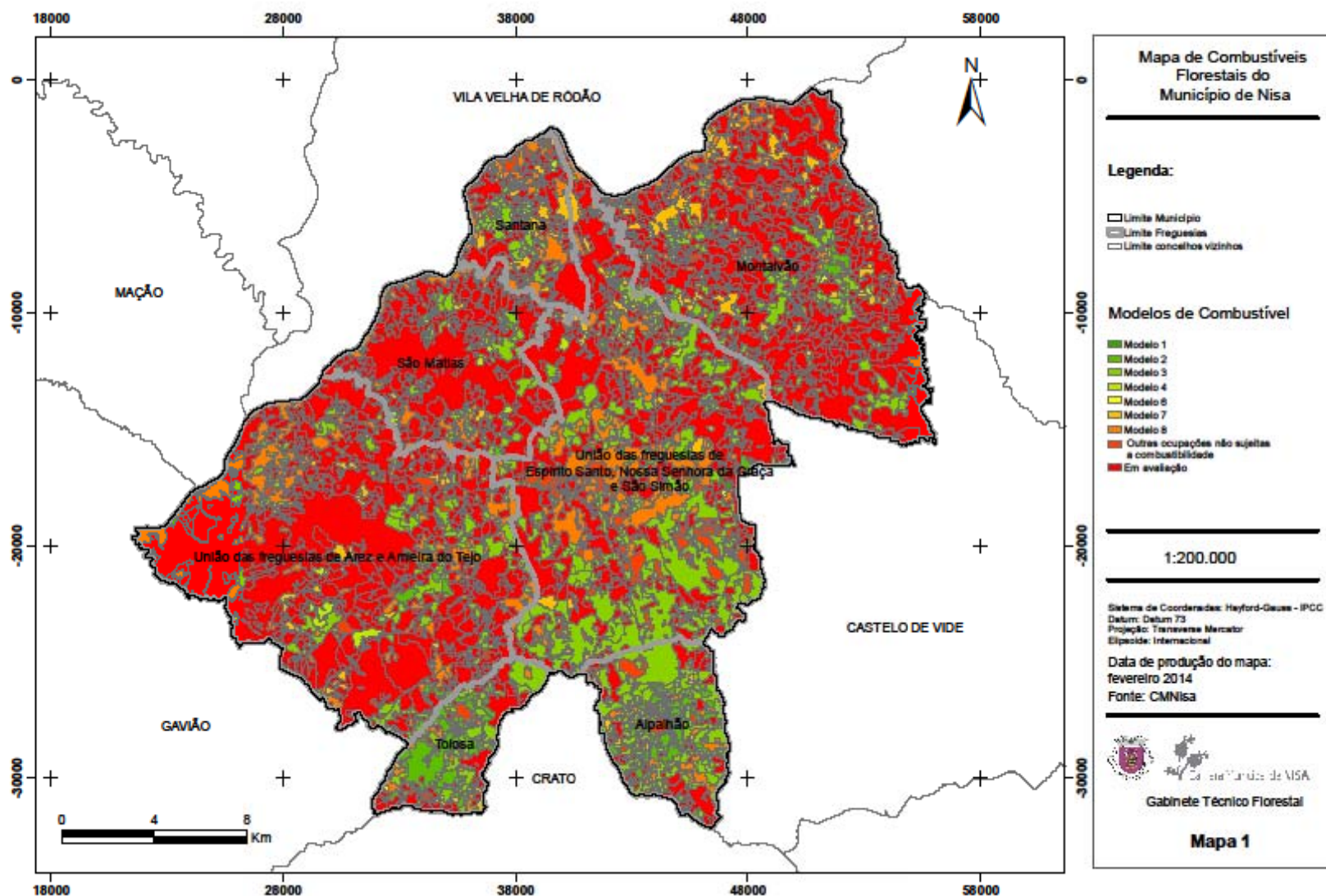
Mapa 11.1: Mapa de 1.^a Intervenção (Potencial do Tempo de chegada para a 1.^a Intervenção a partir do quartel dos Bombeiros)

Mapa 11.2: Mapa de 1.^a Intervenção (Potencial do Tempo de chegada para a 1.^a Intervenção a partir dos LEE)



Câmara Municipal de NISA

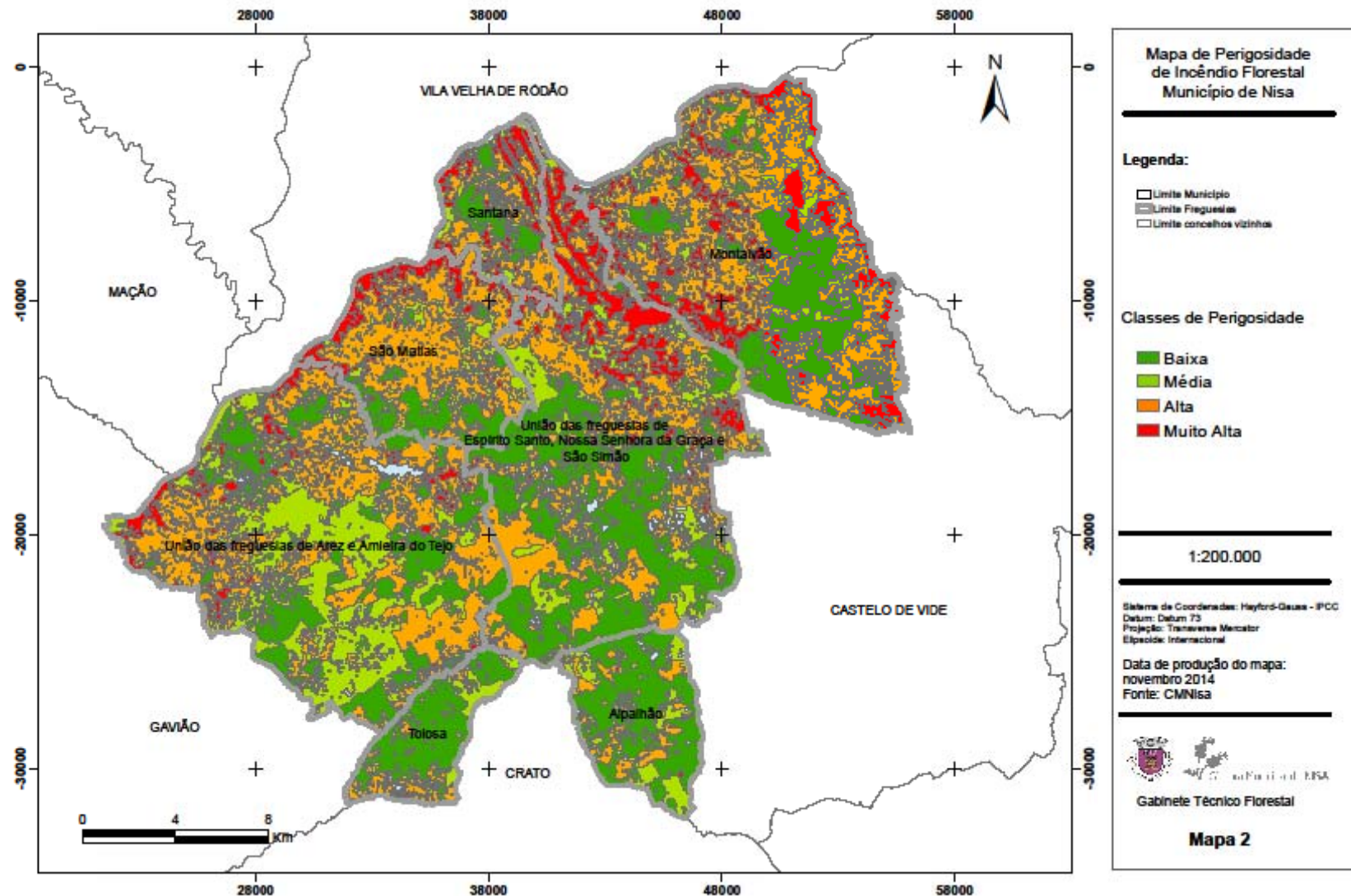
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios





Câmara Municipal de NISA

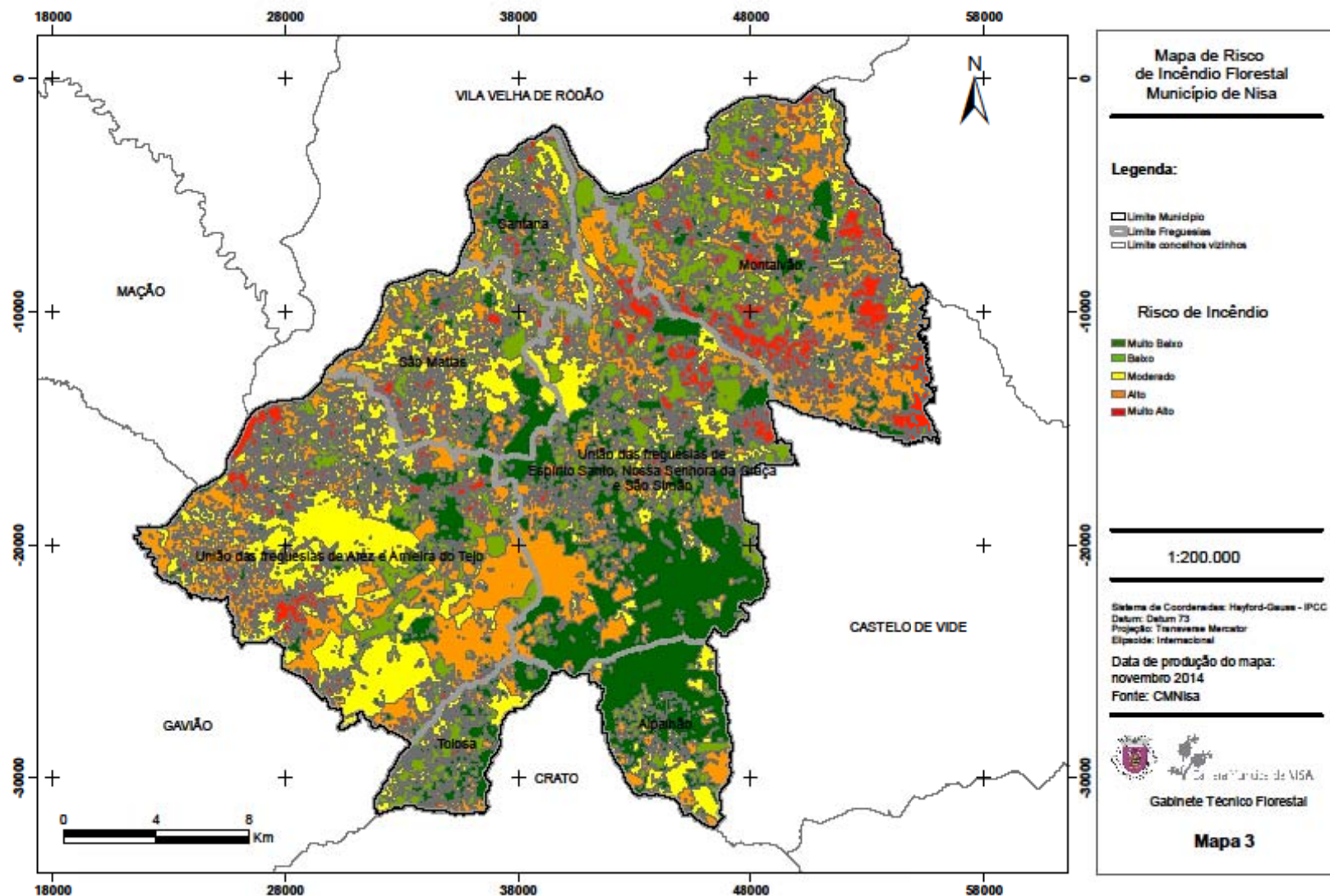
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios





Câmara Municipal de NISA

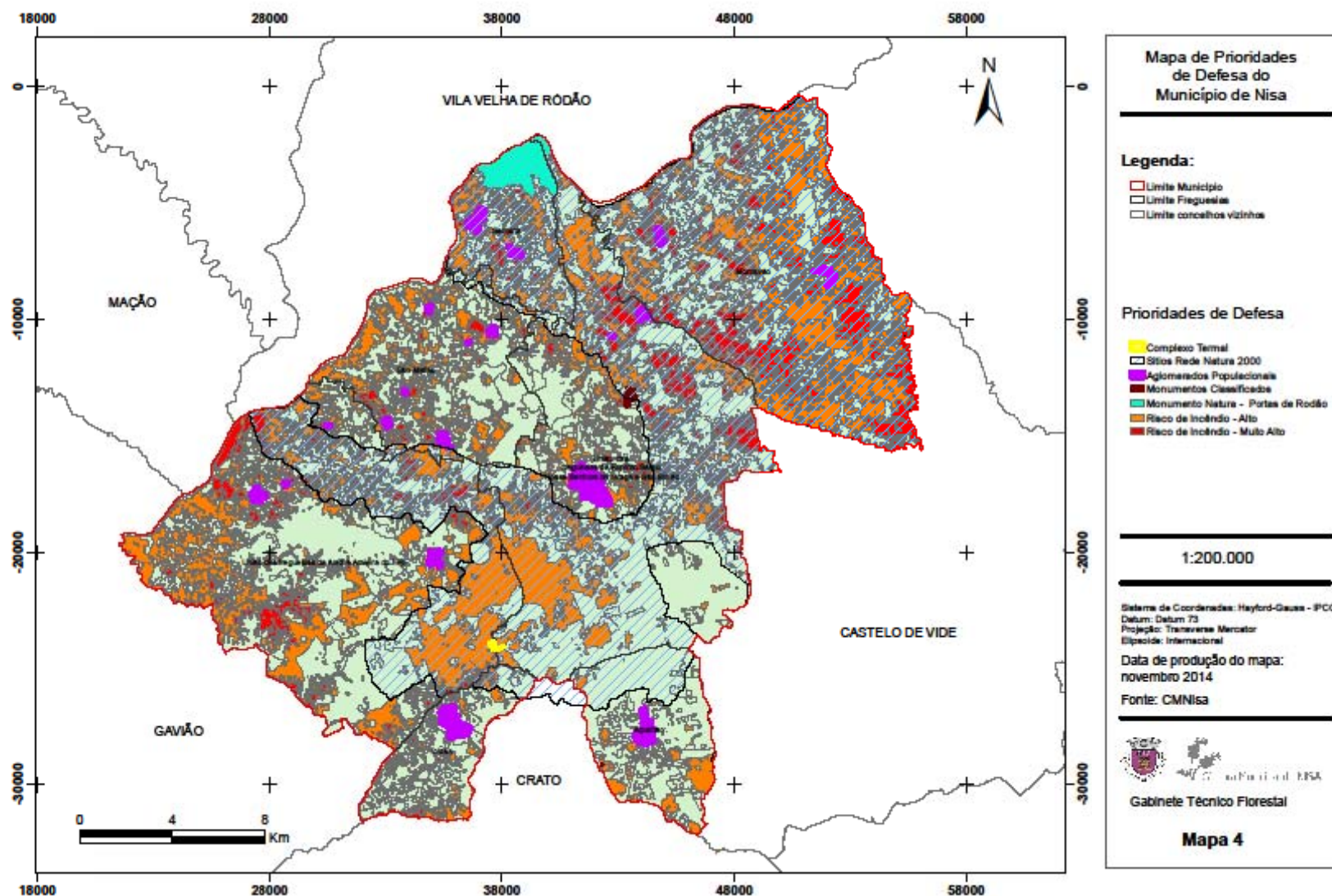
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

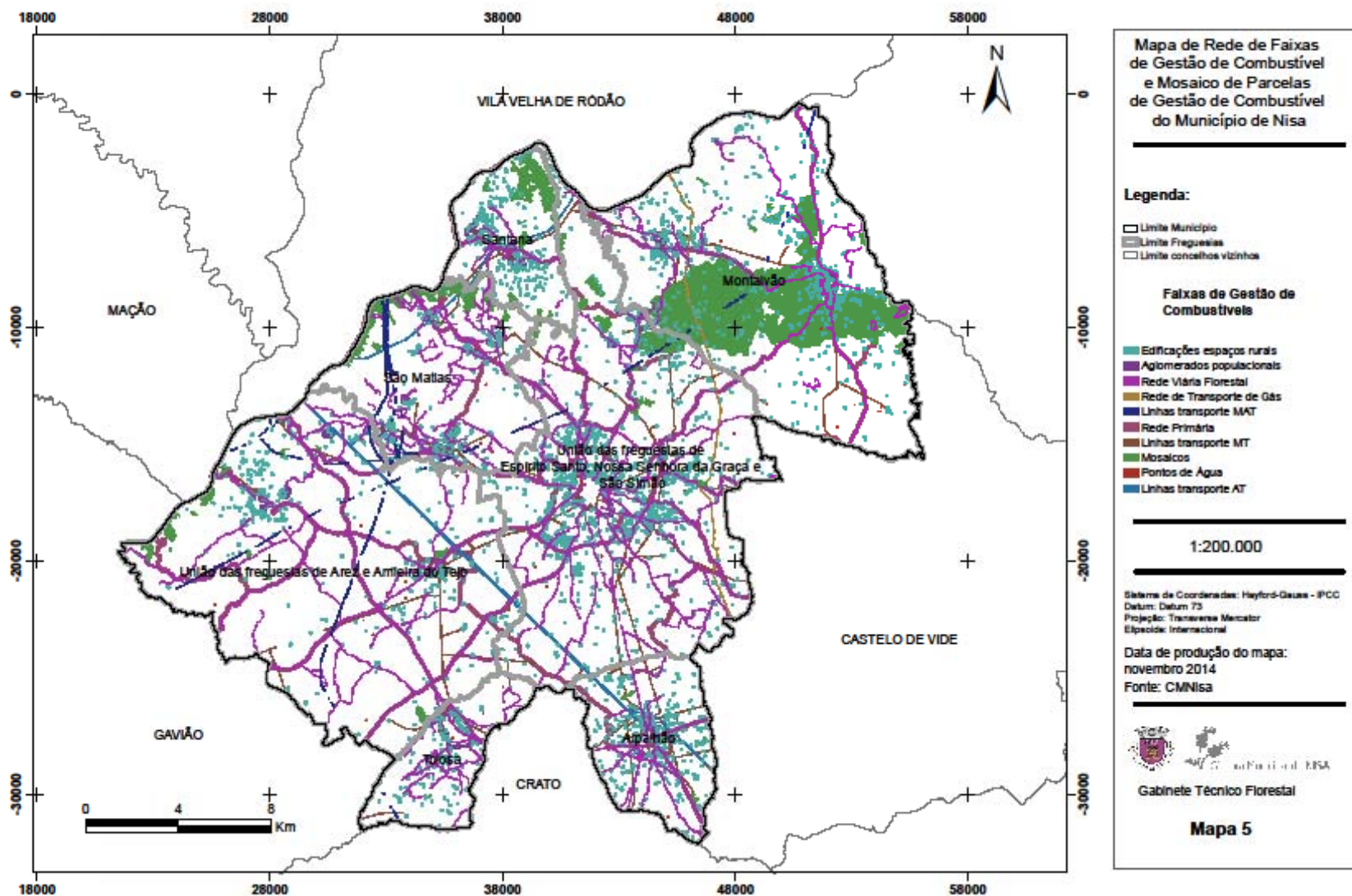




Câmara Municipal de NISA

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

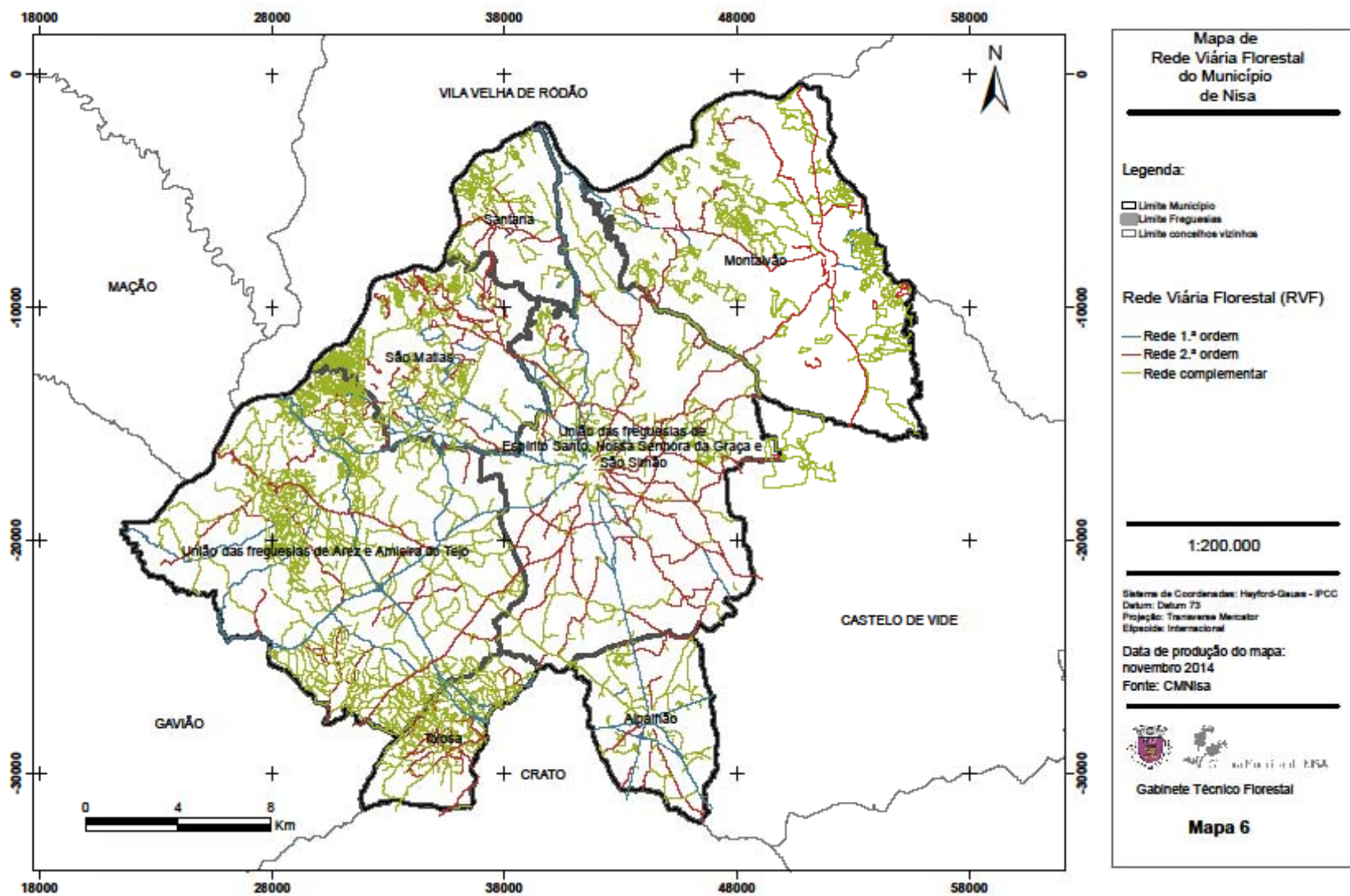






Câmara Municipal de NISA

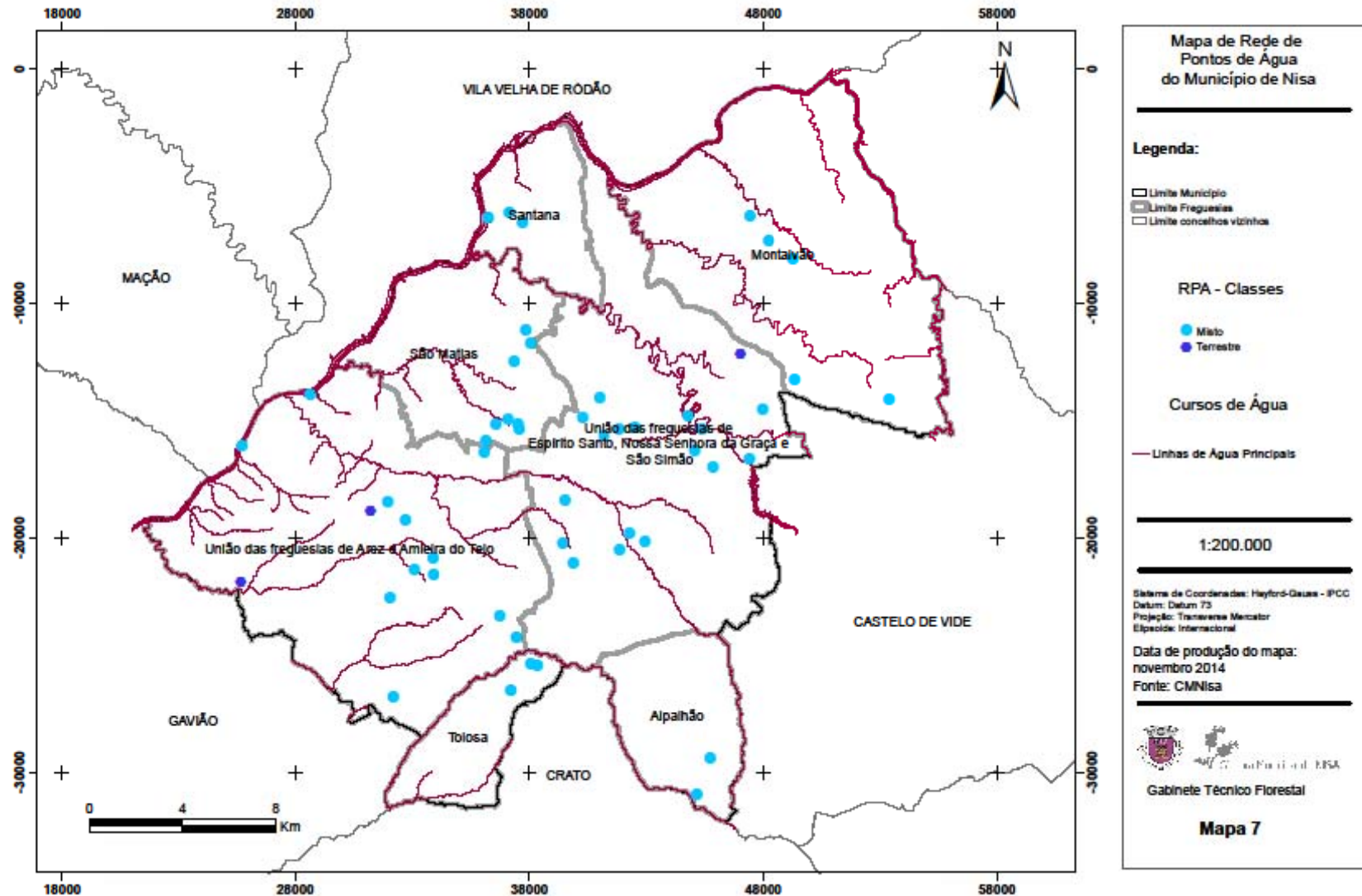
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios





Câmara Municipal de NISA

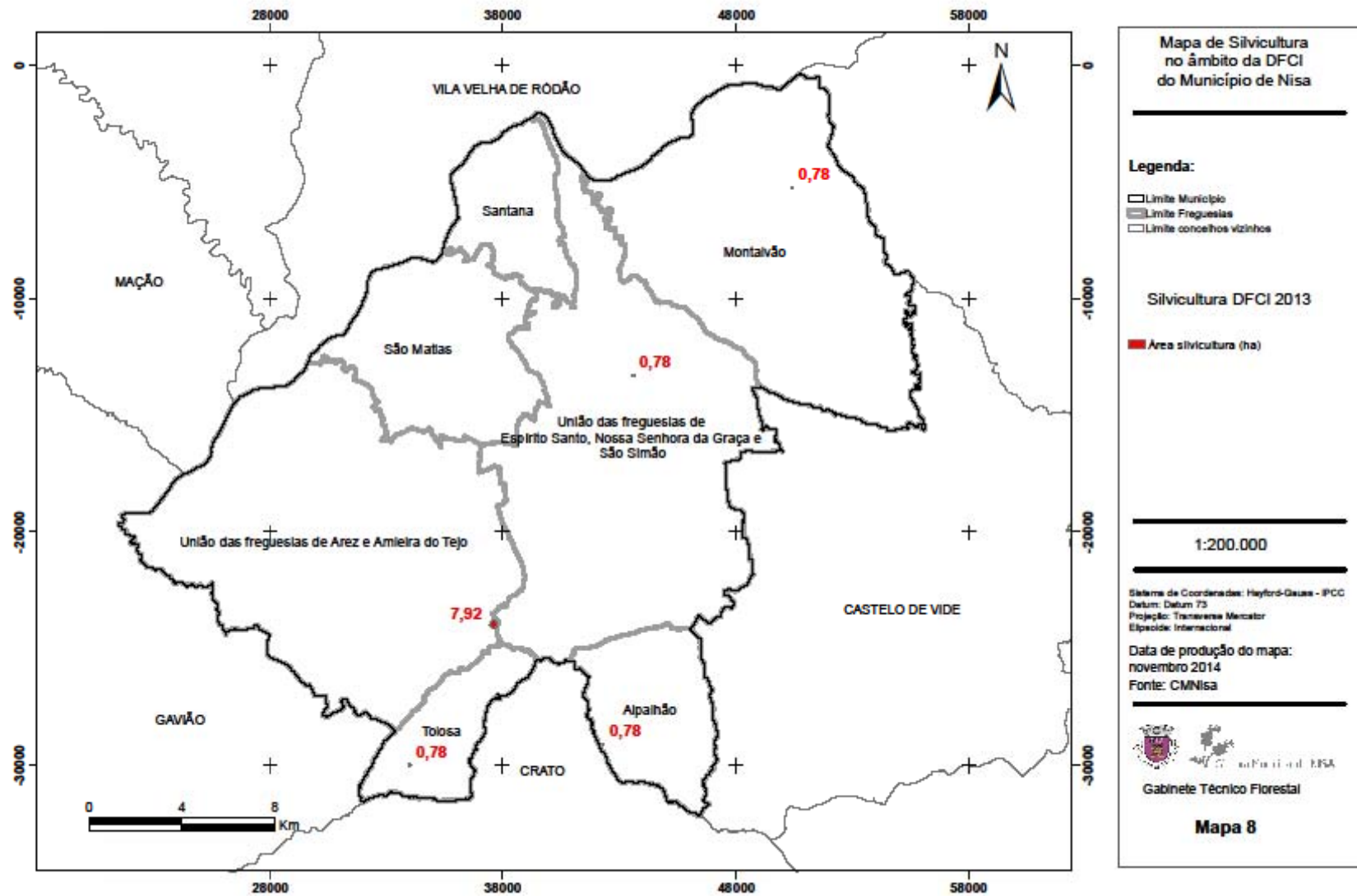
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios





Câmara Municipal de NISA

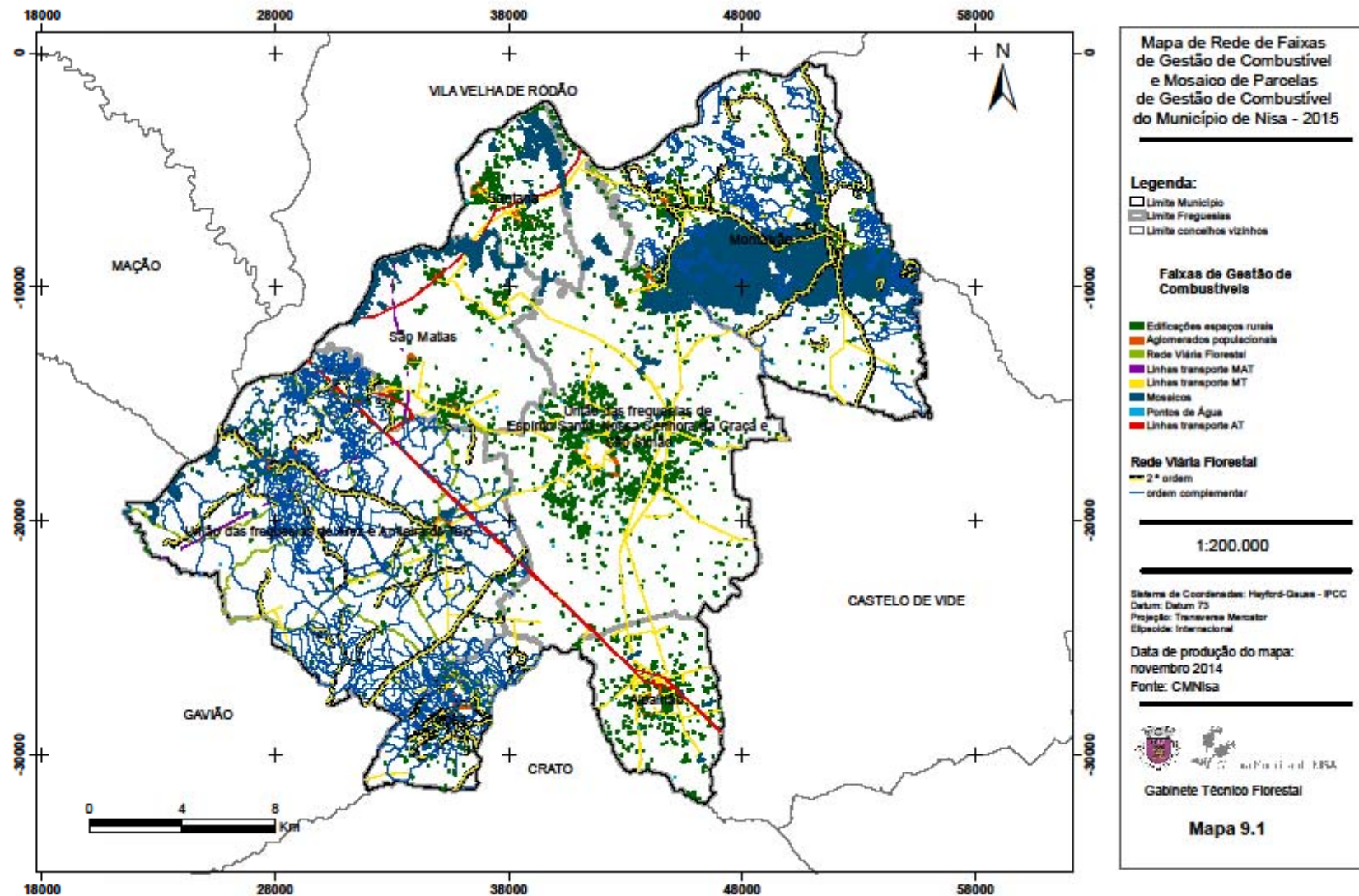
Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios





Câmara Municipal de NISA

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios





Câmara Municipal de NISA

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

